



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR**

Glaucia Guimarães de Souza Neme

**Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes do
ensino superior no Brasil**

Uberlândia/MG

2017

Glaucia Guimarães de Souza Neme

**Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes do
ensino superior no Brasil**

Trabalho equivalente à dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Instituto de Geografia (PPGAT), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador
Orientador: Prof. Dr. Jean Ezequiel Limongi

Uberlândia/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

N433e Neme, Gláucia Guimarães de Souza, 1975-
2017 Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes
do ensino superior no Brasil / Gláucia Guimarães de Souza Neme. -
2017.

109 f. : il.

Orientador: Jean Ezequiel Limongi.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do
Trabalhador.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.14>

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia da saúde - Teses. 3. Saúde e
trabalho - Teses. 4. Professores universitários - Doenças mentais - Teses.
I. Limongi, Jean Ezequiel, 1978-. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde
do Trabalhador. III. Título.

CDU: 910.1:61

Termo de Aprovação

Glaucia Guimarães de Souza Neme

Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes do ensino superior no Brasil

Prof., Dr. Jean Ezequiel Limongi (orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia

Prof.^a, Dr.^a Rosuita Fratari Bonito (membro local)

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Medicina

Prof.^a, Dr.^a Cristiane Paulin Simon (membro externo)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Faculdade de Medicina

Prof.^a, Dr.^a Rosimar Alves Querino (suplente)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Instituto de Ciências da Saúde

Uberlândia, 28 de agosto de 2017.

“A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao seu tamanho original”.

Albert Einstein

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho, importante passo na minha vida profissional, aos meus amados pais: Maria José Guimarães de Souza e Antônio Silva de Souza, que nunca mediram esforços para minha educação, mesmo diante das adversidades que surgiram no meio do caminho.

Se hoje sou uma pessoa digna e tenho uma profissão que me realiza, devo tudo a eles. Minha gratidão eterna.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Reitor, Professor, Dr. Valder Steffen e ao Instituto de Geografia, na pessoa do Professor, Dr. Roberto Rosa;

Ao Professor, Dr. Samuel do Carmo Lima, do Instituto de Geografia, que idealizou e concretizou o sonho do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, nesta instituição;

Ao Professor, Dr. Winston Kleiber de Almeida Bacelar, atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, que deu sequência a esta importante obra;

À Professora, Dra. Rosuita Fratari Bonito, da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, pela sua confiança, que desde o início acreditou e “embarcou” no meu projeto;

À Professora, Dra. Maristela de Souza Pereira, da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, pela sua generosidade, que realizou valiosos apontamentos no exame de qualificação e muito contribuiu para o aprimoramento deste trabalho;

Ao Professor Dr. Jean Ezequiel Limongi, orientador do projeto, que sempre esteve presente, por sua paciência, compreensão com o momento delicado da vida que passava e pela disposição em ensinar, transmitir seu conhecimento, sua experiência, auxiliando, ativamente, em todas as etapas da produção deste trabalho;

À técnica administrativa, Cristiana Barcelos, secretária do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, que sempre esteve disponível para esclarecer as dúvidas e auxiliar no que estivesse ao seu alcance;

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação, pelo tempo que convivemos e que oportunizou grande aprendizado com as experiências diversas, profissionais e pessoais, que cada um trouxe consigo, pela amizade que cultivamos, o respeito com as particularidades de cada aluno, o companheirismo na realização das atividades propostas, o incentivo para ultrapassar os obstáculos que se apresentaram no percurso com exemplos de superação de vida;

Às chefias da Divisão de Saúde Ocupacional da Universidade de Uberlândia, Dr. José Humberto de Almeida e Dr. Ildfonso Diniz de Moura, e do Instituto Nacional do Seguro Social de Uberlândia, Willimar Bisco de Moraes e Alessandro Elias Ferreira Martins, que concederam horário especial para realização deste trabalho;

Aos meus amigos de trabalho do Instituto Nacional de Seguro Social, pelo incentivo, em especial à minha companheira de café, Sílvia Patrícia Garcia de Paula, pelas nossas conversas revigorantes;

Aos meus amigos de trabalho da Universidade Federal de Uberlândia, pelo estímulo, em especial à querida Ilda Cristina da Silva Costantin, que sempre me estendeu a mão nos momentos de fragilidade;

Às comadres e amigas, Luciana Maria Pires Carrijo, companheira de maternidade durante a realização do mestrado, por me dar a notícia em primeira

mão da abertura do edital do mestrado e que me incentivou a me inscrever, mesmo sendo minha “concorrente” (na verdade, caminhamos juntas) e Simone Martinelli Reis, por compreender minha ausência e ainda assim se fazer presente sempre;

A todos os docentes que aceitaram participar desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradeço a Deus que me concedeu a vida e me presenteou com uma família linda e amigos maravilhosos;

Agradeço aos meus pais: Maria José Guimarães de Souza e Antônio Silva de Souza pelo amor incondicional e ensinamentos da vida;

Agradeço ao meu irmão Marco Antônio Guimarães de Souza, pela amizade e cumplicidade;

Agradeço ao meu marido Edson Taufy de Freitas Neme, presente nos momentos mais importantes da minha vida, pelo companheirismo;

Agradeço aos meus sogros, Naira de Freitas Neme e Luis Antônio Neme, pela disponibilidade em auxiliar nos cuidados com meus filhos para que eu pudesse concluir este estudo;

Agradeço a vida dos meus filhos, Gabriel Taufy, Matheus e Caio (que nasceu no decorrer do curso e participou das aulas comigo durante seus primeiros meses de vida, para que o aleitamento materno não fosse interrompido), pelo amor e carinho na recepção em cada retorno para casa, depois de um dia de trabalho, recompensa que não tem preço.

RESUMO

A presente pesquisa buscou apontar os principais agravos à saúde que acometem os docentes universitários de instituições de ensino superior brasileiras, bem como identificar a interferência do ambiente laboral para o adoecimento do profissional em estudo. Inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática, para compreender o panorama nacional dos agravos à saúde de docentes universitários das instituições de ensino superior, público e privado, através de levantamento da literatura publicada a este respeito, no intervalo de tempo entre os anos de 2000 e 2016. A partir da revisão sistemática, optou-se por apresentar o trabalho de conclusão do mestrado na ótica do modelo de trabalho equivalente, constituindo este estudo o artigo 1, intitulado - A precarização do trabalho docente e a saúde dos professores universitários: uma revisão sistemática. Paralelamente, foi aplicado questionário em professores universitários de uma Universidade Federal Brasileira, visando descrever características da carreira docente, sociodemográficas, antropométricas, hábitos de vida e antecedentes patológicos, bem como pesquisar a tendência ao desenvolvimento de transtornos mentais comuns e os fatores da organização do trabalho, potencialmente envolvidos, sendo produzido assim o artigo 2, mediante os resultados desta pesquisa, intitulado - Prevalência e fatores relacionados à transtornos mentais comuns entre professores universitários de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Palavras Chave: “professores universitários”, “riscos ocupacionais”, “saúde do trabalhador”, “transtornos mentais”.

ABSTRACT

The present research aimed to identify the main health problems affecting university teachers of Brazilian higher education institutions, as well as to identify the interference of the work environment to the sickness of the professional under study. Initially, a systematic review was carried out to understand the national panorama of the health problems of university professors of higher education institutions, public and private, through a survey of the literature published in this respect, between the years 2000 and 2016. From the systematic review, it was decided to present the work of completing the master's degree in the perspective of the equivalent work model, constituting this study article 1, entitled - The precariousness of teaching work and the health of university professors: a review systematic. At the same time, a questionnaire was applied to university professors of a Brazilian Federal University, aiming to describe characteristics of the teaching career, sociodemographic, anthropometric, life habits and pathological antecedents, as well as to investigate the tendency towards the development of common mental disorders and the factors of work organization, potentially involved, thus producing article 2, through the results of this research, entitled - Prevalence and factors related to common mental disorders among university professors of a Brazilian Federal University, 2016.

Keywords: "university professors", "occupational risks", "worker's health", "mental disorders".

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIREME – Biblioteca Regional de Medicina

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

D.I.T. – Diagnóstico Integrado do Trabalho

DISAO – Divisão de Saúde Ocupacional

F – Feminino

FACED – Faculdade de Educação

FACIC – Faculdade de Ciências Contábeis

FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

FACOM – Faculdade de Computação

FADIR – Faculdade de Direito

FAEFI – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia

FAGEN – Faculdade de Gestão em Negócios

FAMAT – Faculdade de Matemática

FAMED – Faculdade de Medicina

FAMEV – Faculdade de Medicina Veterinária

FAUED – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design

FCJ – Faculdade Cenecista de Joinville

FECIV – Faculdade de Engenharia Civil

FEELT – Faculdade de Engenharia Elétrica

FEMEC – Faculdade de Engenharia Mecânica

FEQUI – Faculdade de Engenharia Química

FOUFU – Faculdade de Odontologia

H – Horista

IARTE – Instituto de Artes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBIM – Instituto de Ciências Biomédicas

ICIAG – Instituto de Ciências Agrárias

IES – Instituições de Ensino Superior

IEUFU – Instituto de Economia

IGC - Índice Geral de Cursos

IFILO – Instituto de Filosofia

IGUFU – Instituto de Geografia

ILEEL – Instituto de Letras e Linguística

IMC – Índice de Massa Corporal

INBIO – Instituto de Biologia

INCIS – Instituto de Ciências Sociais

INFIS – Instituto de Física

INGEB – Instituto de Genética e Bioquímica

INHIS – Instituto de História

IPUFU – Instituto de Psicologia

IQUFU – Instituto de Química

IGQV – Índice Geral de Qualidade de Vida

M – Masculino

MCD – Modelo de Crenças Determinantes

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MS – Ministério da Saúde

Medline/Pubmed – *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*

OPAS – Organização Panamericana de Saúde

PRISMA - *Preferred Reporting Items For Systematic Reviews And Meta-Analyses*

PPGAT – Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

QGS – Questionário Geral de Saúde

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASS – Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Tempo Integral

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1. Representação esquemática do processo de análise de artigos para revisão sistemática.

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1. Caracterização da fonte de dados, do desenho do estudo, da população estudada e desfecho da associação entre condições de trabalho e saúde dos professores universitários descritos na literatura selecionada.

Capítulo 2

Tabela 1. Associação entre transtornos mentais comuns e variáveis sociodemográficas, carreira de docência e hábitos de vida entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Tabela 2. Associação entre transtornos mentais comuns, condições de trabalho/satisfação com atividade laboral entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Tabela 3. Modelo final de regressão logística e análise bivariada (variáveis individuais) entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

SUMÁRIO

Apresentação	18
Introdução	21
Legislação.....	21
Universidade Federal de Uberlândia.....	25
Referências Bibliográficas.....	26
Capítulo 1: A precarização do trabalho docente e a saúde dos professores universitários - uma revisão sistemática	27
Resumo	27
Introdução.....	29
Metodologia.....	30
Resultados e Discussão.....	34
Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas.....	45
Capítulo 2: Prevalência e fatores relacionados à transtornos psiquiátricos comuns entre professores universitários de uma Universidade Federal Brasileira, 2016	50
Resumo.....	50
Introdução.....	51
Metodologia.....	54
Resultados.....	59
Discussão.....	66
Conclusão.....	77
Referências Bibliográficas.....	78

Considerações Finais	85
Referências Bibliográficas	86
Anexo 1: Certificado de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.....	94
Anexo 2: Instruções para submissão de manuscritos para revista Trabalho, Educação e Saúde.....	98
Anexo 3: Carta de submissão para publicação do Artigo 1.....	102
Anexo 4: Carta de submissão para publicação do Artigo 2.....	103
Anexo 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	104
Anexo 6: Instrumento para levantamento de dados sociodemográficos e antropométricos, caracterização da carreira de docência, antecedentes patológicos, hábitos de vida, condições e organização do trabalho.....	105
Anexo 7: Questionário Geral de Saúde de Goldberg.....	107

APRESENTAÇÃO

O interesse pela pesquisa do tema abordado está intrinsecamente relacionado à minha atividade laboral, exercendo o cargo de médica do trabalho na Divisão de Saúde Ocupacional (DISAO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), desde 2012, em decorrência de observar a presença de vários agravos à saúde, de etiologia orgânica, assim como alterações de ordem psicológica, durante a realização de exames periódicos dos servidores.

Na realização dos exames periódicos de saúde ocupacional, dos servidores públicos, conforme disposto no art. 206-A, da Lei 8.112/1990, é utilizado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, instituído em 2009 pelo Decreto nº 6833 de 2009, sendo parte integrante da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal. Os exames objetivam, prioritariamente, a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos, avaliações laboratoriais e de imagens, baseados nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal, conforme módulo operacional dos usuários médicos do SIASS (2009).

Os médicos, mediante habilitação específica, têm acesso ao módulo de exames periódicos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), diretamente pelo sítio oficial das informações, somente no momento da realização do exame agendado.

As informações dos exames periódicos compõem o perfil epidemiológico dos servidores públicos federais, sendo importante fonte para subsidiar o desenvolvimento de ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, bem como de ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho. Essas informações, preservado o sigilo, são sistematizadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), porém os dados que alimentam tal sistema, não são disponibilizados para conhecimento amplo do estado de saúde dos servidores, pelos profissionais de saúde que atuam no setor, após a conclusão do exame de saúde ocupacional.

O desconforto por não ter acesso aos dados de forma integral, após a realização do exame, para possibilitar a formulação de estratégias para promoção de saúde dentro da Divisão de Saúde Ocupacional, despertou o interesse pelo estudo da temática.

Assim, pelo zelo com a saúde dos servidores, a preocupação com o ambiente organizacional de trabalho interferindo neste espectro, pela importância do conhecimento dos principais agravos que acometem esta categoria profissional na construção de estratégias para manutenção da saúde e prevenção do adoecimento, foi realizado o presente estudo.

Inicialmente, foi realizado um levantamento do panorama nacional dos agravos à saúde que acometem professores universitários, por meio de revisão sistemática da literatura, e, posteriormente, determinou-se através de estudo transversal, mediante aplicação de questionário, os agravos à saúde mais frequentes, além da prevalência e fatores relacionados à transtornos mentais comuns, entre os professores do ensino superior da Universidade Federal de

Uberlândia, que será denominada como Universidade Federal Brasileira para generalização do estudo.

Para apresentação da pesquisa, optou-se pela realização do trabalho equivalente à dissertação, baseada na Resolução nº 03/2016 do Colegiado da Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas e procedimentos para a defesa da dissertação ou trabalho equivalente.

Assim, foram produzidos dois artigos, de acordo com as questões pontuadas acima, para ampliar a discussão do tema que ainda se apresenta com poucos dados específicos sobre a saúde do docente universitário, quando comparada a outras categorias profissionais.

INTRODUÇÃO

Legislação Brasileira

O presente estudo está inserido na temática da saúde do trabalhador e trata do estado de saúde do professor universitário público e privado (de acordo com as publicações identificadas), diante da precarização do trabalho docente no ensino superior.

A pesquisa busca identificar aspectos da interferência das condições de trabalho sobre a saúde do professor universitário e descrever características sociodemográficas, antropométricas, hábitos de vida, antecedentes patológicos e da carreira docente de uma universidade federal brasileira, bem como pesquisar a tendência ao desenvolvimento de transtornos mentais comuns e os fatores da organização do trabalho, potencialmente envolvidos, entre professores do ensino superior federal.

A saúde do trabalhador é um campo integrante da saúde coletiva que estuda as relações entre a saúde e o trabalho, devendo ser entendida e analisada como um processo social, refletindo um coletivo com influências sociais (PEREZ, 2012).

Neste contexto, vale destacar alguns marcos legais, fundamentais, para a concepção da saúde do trabalhador na atualidade e mais especificamente, do servidor público federal, por ser o professor universitário de uma instituição de ensino superior pública brasileira, o sujeito do estudo do segundo artigo deste trabalho.

No Brasil, a lei orgânica da saúde 8080 de 1990, inclui, no seu artigo 6º, a saúde do trabalhador, como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando esta importante conquista social, garantida na Constituição Federal de 1988. Assim, as ações em saúde do trabalhador devem ser desenvolvidas pelo Estado brasileiro, sendo consideradas também como competências do SUS.

Em relação ao servidor público federal, sob regime jurídico, a lei 8112 de 1990 dispõe que a assistência à saúde do servidor, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, tendo como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e que será prestada pelo SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

Pela portaria 3120 de 1998, foi aprovada a Norma Operacional de Saúde do Trabalhador com o objetivo de definir as atribuições e responsabilidades para orientar e instrumentalizar as ações em saúde do trabalhador, a serem desenvolvidas pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Aproximadamente 20 anos após, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, pelo Decreto nº 6833 de abril de 2009, com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à

saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo. Na sequência, pelo Decreto nº 6856 de maio de 2009, foi regulamentado o art. 206 da Lei 8112 de 1990, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores sob regime jurídico.

Para proteção da saúde do trabalhador no serviço público federal, de modo a contemplar a saúde mental, foi criada a Portaria 1261 de 2010, com o objetivo de instituir os princípios, diretrizes e ações em saúde mental, a serem adotados como referência nos procedimentos em saúde mental na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Com a finalidade de melhor estruturar a proteção à saúde do trabalhador, surge a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto 7602 de 2011, com objetivo de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida do trabalhador, a prevenção de acidentes e danos advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho.

A PNSST é regida pelos seguintes princípios: a) universalidade, b) prevenção, c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação, d) diálogo social e e) integralidade, seguindo as diretrizes: a) inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde, b) harmonização da legislação e articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador, c) adoção de medidas

especiais para atividades laborais de alto risco, d) estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador, e) promoção da implantação de sistemas e programas de gestão da segurança e saúde nos locais de trabalho, f) reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o estímulo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores e g) promoção de agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho.

Finalmente, para o avanço no que diz respeito a legislação da saúde e segurança no trabalho, foi instituída a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), através da Portaria do Ministério da Saúde nº 1823 de 23 de agosto de 2012, que tem por finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias das três esferas do governo (federal, estadual e municipal) de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção à saúde o trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos.

Teoricamente, existe um modelo de gestão muito efetivo para o cuidado da saúde do trabalhador, porém não se pode afirmar que as determinações da legislação estão sendo cumpridas plenamente.

Universidade Federal de Uberlândia

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é uma fundação pública, dentre as 63 universidades públicas federais do Brasil, sendo considerada a segunda maior Universidade do estado de Minas Gerais. Tem sede no município de Uberlândia, situado no Triângulo Mineiro, onde dispõe de três campus, além de possuir campi em mais três municípios (Patos de Minas, Ituiutaba e Pontal). Foi criada em 1950 e federalizada em 1978. Atualmente, é composta por 30 unidades acadêmicas de graduação, à saber: FAUED, FACIC, FACIP, FACOM, FADIR, FACED, FAEFI, FECIV, FEELT, FEMEC, FEQUI, FAGEN, FAMAT, FAMED, FAMEV, FOUFU, IARTE, INBIO, ICIAG, ICBIM, INCIS, IEUFU, IFILO, INFIS, INGEB, IGUFU, INHIS, ILEEL, IPUFU, IQUFU, de acordo com informações do site oficial da UFU.

A presente pesquisa de conclusão do curso foi realizada em formato de trabalho equivalente à dissertação, conforme resolução nº03/2016, do Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e foi composta por dois artigos cujos títulos são: artigo 1 - A precarização do trabalho docente e a saúde dos professores universitários: uma revisão sistemática e artigo 2 - Prevalência e fatores relacionados à transtornos mentais comuns entre professores universitários de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, Senado Federal, 1988.

_____. Brasil. **Decreto nº 6833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Brasília, 2009.

_____. Brasil. **Decreto nº 6856, de 25 de maio de 2009**. Regulamenta o art. 206 A da Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Brasília, 2009.

_____. Brasil. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Brasil. **Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria 3120, de 1º de julho de 1998**. Instrução normativa de vigilância em saúde do trabalhador. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria 1261 05 de maio de 2010**. Princípios, diretrizes e ações em saúde mental na administração pública federal. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **SIASS: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor**. Brasília, 2009.

PEREZ, K. V. **Se eu tirar o trabalho sobra um cantinho que a gente foi deixando ali**. Clínica de psicodinâmica do trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado. 251f. 2012. Dissertação de mestrado. (Psicologia social e institucional). Programa de pós-graduação em psicologia social e institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CAPÍTULO 1

A precarização do trabalho docente e a saúde do professor universitário: uma revisão sistemática.

The precarisation of the teaching work and the health of the university teacher:
a systematic review.

Glaucia Guimarães de Souza Neme^{1, 2}, Jean Ezequiel Limongi^{3, 4}

Resumo: A atividade laboral pode comprometer a saúde dos docentes do ensino superior. Nessa perspectiva, o presente estudo revisa e discute aspectos da interferência das condições de trabalho sobre a saúde do professor universitário. Foi realizada revisão sistemática de estudos que avaliaram a relação entre condições organizacionais de trabalho e queixas e/ou agravos à saúde em docentes do ensino superior. A revisão identificou 161 estudos que abordaram a temática, no período entre 2000 e 2016, dos quais 21 atenderam aos critérios estabelecidos previamente. O estudo evidenciou fatores do trabalho interferindo no estado de saúde dos docentes, desencadeando agravos, com destaque para alterações da saúde mental, mas também apontou realização pessoal no desenvolvimento das atividades laborais e qualidade de vida satisfatória.

Palavras-chave: "professores universitários", "riscos ocupacionais", "saúde do trabalhador".

Abstract: Work activity may compromise the health of higher education teachers. From this perspective, the present study reviews and discusses aspects of the interference of working conditions on the health of the university professor. A systematic review was carried out of studies that evaluated the relationship between organizational working conditions and health complaints and/or aggravations in higher education teachers. The review identified 161 studies that addressed the theme in the period between 2000 and 2016, of which 21 met the previously established criteria. The study evidenced work factors interfering in the state of health of teachers, triggering aggravations, with emphasis on mental health alterations, but also pointed personal fulfillment in the development of work activities and satisfactory quality of life.

Key words: "university professors", "occupational risks", "worker health".

¹Médica Perita do Instituto Nacional de Seguridade Social, Gerência Executiva de Uberlândia, MG, Brasil.

²Médica do Trabalho da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil.

³Doutor em Imunologia e Parasitologia Aplicadas.

⁴Professor do Curso de Saúde Ambiental e da Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e Pesquisador do Laboratório de Vigilância em Saúde Ambiental do Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil.

Trabalho realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia (MG), Brasil.

Endereço para correspondência: Jean Ezequiel Limongi – Avenida João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1H, sala 23 – Bairro Santa Mônica – CEP: 38408-100 – Uberlândia (MG), Brasil – Email: jeanlimongi@gmail.com

Fonte de financiamento: nenhuma.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Introdução

O estudo das condições de saúde e trabalho de grupos ocupacionais permite caracterizar os processos laborais e descrever o perfil de adoecimento dos trabalhadores, avaliando possíveis associações entre ocupação e saúde (ARAÚJO et al., 2005).

A literatura sobre condições de trabalho e saúde dos professores ainda é bastante limitada no Brasil, principalmente no âmbito universitário, quando comparada a outras atividades laborativas (LIMA, 2009). Os estudos, em geral, destacam o processo de adoecimento nos contextos fabris, onde a relação entre trabalho e doença ocupacional é mais direta e os riscos à saúde mais evidentes (ARAUJO et al, 2005).

O termo, precarização do trabalho docente, empregado neste texto, tem o sentido de “mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente”, conforme definição de Marin (2010, p. 22). As mudanças na estruturação do regime produtivo das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil têm ocasionado uma precarização da atividade laboral dos professores universitários e, em decorrência deste processo, acredita-se estar ocorrendo um aumento do adoecimento nessa categoria profissional.

A avaliação do ambiente organizacional no ensino superior e a relação com o adoecimento dos professores universitários ainda é um campo a ser melhor investigado, uma vez que as pesquisas existentes, em geral, apontam, principalmente, as doenças ocupacionais clássicas, como os distúrbios da voz e doenças musculoesqueléticas, apesar de ser frequente o, estresse ocupacional,

experiência extremamente desagradável, associada a sentimentos de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão, desencadeada por estressores localizados no ambiente de trabalho (REIS, 2006), bem como a síndrome de *Burnout*, expressão inglesa que designa exaustão de energia, esgotamento físico, psíquico e emocional, resultado da má adaptação do profissional a uma atividade laboral altamente estressante e com excessivos afazeres (ANDRADE e CARDOSO, 2012), o que justifica a relevância do presente trabalho.

O objetivo da presente revisão sistemática é apresentar uma visão panorâmica do estado de saúde dos professores universitários no Brasil e discutir como o modelo atual de produção, interfere na saúde dessa categoria profissional. Neste estudo considera-se que a condição de trabalho refere-se aos aspectos do ambiente que, por sua intensidade ou concentração elevada, podem interferir no corpo do trabalhador e gerar doenças e que, por outro lado, a organização do trabalho inclui a divisão de tarefas e das pessoas, as relações humanas que envolvem a execução do trabalho, as quais podem ser maléficas quando alteram o funcionamento mental do trabalhador, desencadeando sofrimento e distúrbios mentais, de acordo com definição dos termos condição e organização do trabalho por SERVILHA (2011).

Metodologia

Foi realizada uma revisão sistemática, descritiva, dos trabalhos publicados que abordaram, através de pesquisa epidemiológica, a associação entre condições da organização de trabalho e saúde do professor universitário.

Foram incluídos nesta revisão sistemática artigos originais de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicados no período compreendido entre 2000 e 2016 (por se tratar da literatura publicada mais recente e que, portanto, reflete melhor a atualidade), nos idiomas português e inglês, resultantes de investigações realizadas no Brasil e que apresentaram clareza dos seguintes critérios de inclusão: (i) informações sobre a população estudada - professores universitários do ensino superior da rede pública ou privada; (ii) dados sobre as condições gerais do trabalho docente no ensino superior; (iii) metodologia de levantamento de dados através de estudo epidemiológico aplicado sob a forma de inquéritos epidemiológicos (busca ativa) e estudos com análise descritiva ou inferencial; (iv) caracterização dos desfechos na saúde dos professores universitários.

Para o levantamento dos estudos que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos, foi realizada uma busca, por dois pesquisadores independentes, através de consulta à Biblioteca Virtual da Universidade Federal de Uberlândia, por meio do portal de periódicos *CAPES/MEC* (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação e Cultura), incluindo pesquisa aos bancos de dados eletrônicos de *Google Scholar* e *Medline/Pubmed* (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), além de busca nas bases de dados *Scielo* (Scientific Electronic Library Online) e *Bireme* (Biblioteca Regional de Medicina). Os descritores utilizados, combinados entre si, em busca integrada nos campos título, resumo e assunto foram as seguintes: "professores universitários" ou "*university professors*", "riscos ocupacionais" ou "*occupational risks*" e "saúde do trabalhador" ou "*worker health*".

Foram excluídos da pesquisa, artigos, dissertações e teses abordando outra população que não especificamente, os professores universitários; publicações relacionadas ao ensino médio e fundamental, bem como textos que não retratassem as condições de trabalho no ensino superior.

Todos os estudos selecionados, que atenderam os critérios previamente estabelecidos, foram analisados, pelos dois revisores, coletando-se as informações de interesse para pesquisa.

Os dados encontrados foram tabulados, descrevendo-se os autores, natureza do trabalho, ano de publicação, desenho do estudo, número de participantes da pesquisa, distribuição por sexo, intervalo de faixa etária e desfecho do trabalho, em campos específicos para as anotações determinadas.

A leitura dos trabalhos, coleta dos dados e extração das informações foram realizadas de modo independente entre os revisores. Divergências foram identificadas, discutidas e resolvidas entre os revisores, sem necessidade de consultar um terceiro revisor.

Foi utilizada a ferramenta PRISMA (*Preferred Reporting Items For Systematic Reviews And Meta-Analyses*) para orientar a redação da presente revisão sistemática, conforme documento traduzido por Taís Galvão e Taís Pansani (2015) do texto original de Moher et al (2015).

O processo de busca e seleção dos artigos que compõem a presente revisão está representado na Figura 1. Após avaliação dos títulos e dos resumos, foram elegíveis 161 estudos, dos quais foram incluídos na revisão 21 trabalhos, de acordo com os critérios estabelecidos.

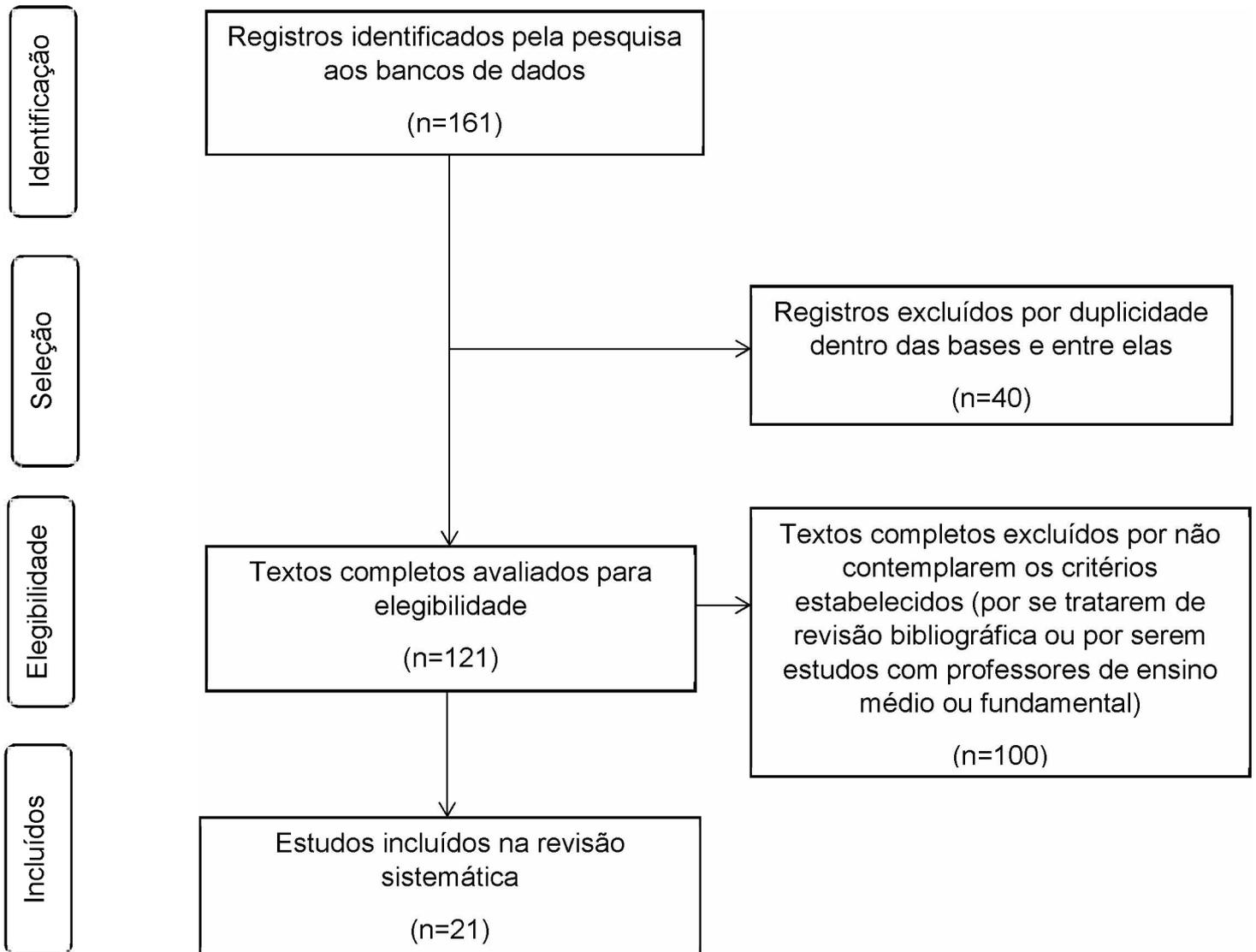


Figura 1. Representação esquemática do processo de análise de artigos para revisão sistemática.

Resultados e Discussão

A consulta às bases de dados eletrônicas para realização da presente revisão sistemática, demonstrou um escasso número de publicações a respeito do estado de saúde do docente universitário ao associar as palavras-chave: “professores universitários”, “saúde do trabalhador” e “risco ocupacional”, simultaneamente. A literatura identificada com os descritores foi considerada “cinza”, predominantemente, sendo o maior número de textos no formato de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, assim distribuídos, entre os 21 trabalhos selecionados: 8 artigos, 8 dissertações e 5 teses.

As informações sobre as fontes do estudo, variáveis analisadas e desfecho do trabalho, mostrando a interferência do modo de produção do trabalho na saúde dos professores universitários (dados da saúde do professor universitário e a interface com sua ocupação), são apresentadas na Tabela 1.

Em relação aos métodos e aos instrumentos utilizados nos trabalhos selecionados, foram aplicados questionários, entrevistas e realizado levantamento de dados do SIASS (Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor) e SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), sendo de natureza descritiva, quantitativo e corte transversal, primordialmente.

O número de participantes nos trabalhos variou de 7 a 2218 e a faixa etária foi de 20 a 75 anos de idade. A análise dos estudos avaliados mostrou uma equivalência quanto à distribuição por sexo feminino e masculino.

Natureza do trabalho e autores	Ano de publicação	Desenho do estudo	Número de participantes	Faixa etária (anos)	Distribuição por sexo	Desfecho do trabalho
Tese doutorado OLIVEIRA, C. R. B.	2001	Descritivo de corte transversal	60	Não relatado	31,8%F 68,2%M (universo de 100 docentes)	Os fatores que mais influenciaram no bem-estar docente de uma universidade privada, em ordem crescente de importância, foram: respeitabilidade, família, amigos, autoestima, saúde, satisfação no trabalho, situação financeira, lazer, participação em grupos e religiosidade.
Tese LEMOIS, J. C.	2005	Descritivo de corte transversal e observacional	86	21 - 64 anos	64%F 36%M	A dor e o desconforto referidos pelos professores estão relacionados à precariedade das condições de trabalho. Em relação às condições físicas, destacam-se o ruído, a exigência de posturas desequilibradas e da voz. No que se refere às condições organizacionais, a desproporcionalidade entre o salário do professor e suas responsabilidades repercute na sua saúde física e mental.
Dissertação mestrado PEREIRA, O. A.V.	2006	Descritivo de corte transversal	36	Não relatado	IES Federal 22,8%F 78,2%M IES Privada 41,7%F 58,3%M	Estudo QVT em IES pública e privada, ambos grupos demonstram satisfação, porém com sintomas de Síndrome de <i>Burnout</i> em períodos de maior demanda.
Dissertação mestrado AUAD, A. R. G.	2007	Descritivo de corte transversal	150	25 - 65 anos	65%F 35%M	A precariedade das condições de trabalho, as falhas na infraestrutura das

						universidades e as estratégias de enfrentamento usados pelos docentes, constituem fatores determinantes para o desencadeamento de alterações vocais.
Dissertação mestrado MARTINS, R. M.	2007	Descritivo, quanti- qualitativo, de corte transversal	50	25 – 60 anos ou mais	40%F 60%M	O estudo aponta maior predisposição ao desenvolvimento da síndrome de <i>Burnout</i> entre docentes mais jovens e naqueles com nível educacional mais elevado. Foram identificados fatores indicativos de incidência positiva para a síndrome, em uma faculdade privada, de acordo com o instrumento de investigação, denominado Diagnóstico Integrado de Trabalho.
Tese doutorado LOURENÇO, N. C. F	2009	Descritivo, quantitativo, de corte transversal	28	26 – 60 anos	46,43%F 53,57%M	O estudo mostrou um alto índice de satisfação entre docentes de uma universidade privada, com médias elevadas, variando entre 71,4 e 94,0% de satisfação com a QVT, ainda que 71% tenha outro emprego.
Artigo FONTANA, R. T. e PINHEIRO, D. A.	2010	Descritivo de corte transversal	34	Idade média de 40,6 anos	62%F 38%M	Lombalgia e cansaço foram queixas prevalentes. Posição ortostática, carregar material didático e trabalhar sob condições

						ergonômicas inadequadas podem justificar tais agravos.
Artigo SERVILHA, E. A. M. e ARBACH, M. P.	2011	Descritivo de corte transversal	84 (28 em tempo integral TI e 57 horistas H)	33 - 64 anos TI 32 - 74 anos H	TI 71,4%F 28,6%M H 75%F 25%M	Carregar peso, indisciplina na sala, supervisão constante, local de descanso inadequado e estresse no trabalho associam-se com queixas vocais, osteoarticulares, emocionais e auditivas.
Artigo CARAN, V. C. S. et al.	2011	Descritivo de corte Transversal	54	20 - 60 anos ou mais	92,6%F 7,4%M	Riscos ocupacionais psicossociais presentes no contexto acadêmico foram percebidos como influenciadores na saúde.
Tese doutorado ALVES, L. A.	2011	Pesquisa quantitativa com análise comparativa dos dados de delineamento transversal, descritivo	17	31 - 47 anos	100%F	O uso prolongado da voz não promoveu alterações significativas quanto a intensidade vocal e extensão dinâmica. A análise acústica apresentou elevação dos parâmetros, frequência fundamental e proporção harmônica ruído.
Artigo DALAGASPERINA, P. e MONTEIRO, J. K.	2012	Qualitativo com caráter descritivo e exploratório	9	31 - 52 anos	66,6%F 33,3%M	A sobrecarga de trabalho dentro e fora do ambiente acadêmico, os prazos e as cobranças, as dificuldades de relacionamento com a chefia e com os alunos e os prejuízos na saúde, representam os

Artigo TERRA, F. S et al.	2012	Descritivo, quantitativo, de corte transversal	71 (39 pública e 32 privada)	31 – 40 anos	Predomínio sexo feminino	principais fatores de estresse. Com relação à classificação da autoestima, baseada nos pontos de corte, não houve diferença significativa entre os dois grupos ($p=0,170$), sendo que o percentual de autoestima média foi de 17,9% nos docentes da universidade pública e de 34,4%, nos da universidade privada. A autoestima baixa ocorreu em apenas um docente da universidade pública (2,6%)
Tese doutorado MIGUEL, E. M. G. B.	2012	Descritivo, quantitativo, exploratório, de corte transversal Apontar indicadores de resiliência e associá-los com os domínios de qualidade de vida (QV) dos docentes de enfermagem	90 de IES (60 pública e 30 privada)	24-58 anos Média 43 anos	87,77%F 12,23%M	Não foram identificadas condições de vulnerabilidade ao estresse elevado. A QV geral e a condição de saúde foram consideradas boas (64,4%), sendo melhor avaliado os domínios físico (72,8%) e psicológico (69,35%). Houve correlação positiva entre resiliência e QV. O MCD sentido da vida apresentou correlação positiva com todos os domínios da QV.
Artigo SANCHEZ, H. M. et al.	2013	Descritivo de corte transversal	36	20 - 60 anos	Não relatado	A incidência de dores musculoesqueléticas nos docentes é alta, independente de idade, altura, tempo e jornada de trabalho.

Dissertação mestrado ALBUQUERQUE, A. L.	2013	Quantitativo, descritivo, observacional, de corte transversal	143	22 - 75 anos	IES pública 69,3%F 30,7%M IES privada 49,1%F 50,9%M	Os docentes das IES públicas e privadas estão expostos a fatores desconfortáveis para o desenvolvimento de suas atividades, sendo o acúmulo de atividades uma característica dos docentes de IES privadas. Exposição a poeira e produtos químicos são mais comuns em IES públicas. Ambas instituições possuem os prejudiciais hábitos de falar muito e falar alto, o que implica no abuso vocal e predisposição à disfonia.
Dissertação mestrado SOUSA, A. M.	2013	Descritivo, quantitativo, documental, de corte transversal	2.218	20 - 61 anos ou mais	44,3%F 55,7%M	A pesquisa revelou diversas morbidades como justificativa de afastamento, com destaque para os transtornos mentais e comportamentais, e doenças do sistema musculoesquelético e do tecido conjuntivo.
Artigo LIMA, M. F. E. M. e LIMA FILHO, D. O.	2014	Descritivo de corte transversal	49	25 - 63 anos	71,4%F 28,6%M	É alta a prevalência de sintomas osteomusculares, assim como a percepção da relação e intensificação com a atividade de lecionar, sugerindo distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.

Artigo COSTA, L. S. T. et al.	2014	Descritivo de corte transversal	169	28 - 64 anos	41,4%F 58,6%M	A prevalência da Síndrome de <i>Burnout</i> encontrada é motivo de preocupação e merece atenção, não só pelos danos que provoca à saúde física, mental e social do profissional, mas também pela influência na qualidade de ensino.
Dissertação mestrado RIBEIRO, L. H.	2015	Descritivo de corte transversal	50	Não relatado	40,7%F 50,4M	Os resultados da pesquisa quanto ao ambiente sonoro indicam que as salas de aula apresentam problemas de excesso de ruído e reverberação, com um alto risco para o desenvolvimento de distúrbio de voz.
Dissertação mestrado COSTA, D. L.	2016	Descritivo, exploratório, de caráter qualitativo	7	28 - 69 anos	85%F 15%M	O perfil de absenteísmo na UFRN mostra um crescimento dos transtornos mentais e comportamentais em comparação com as outras causas de afastamentos. O ambiente de trabalho predispõe a esgotamento profissional, alcoolismo, dependência química, transtornos depressivos e ansiosos, assédio moral e suicídio. A prática do ensino em sala de aula e o reconhecimento profissional são gratificantes.

Dissertação mestrado RIBEIRO, A. Z. C. R.	2016	Descritivo, quantitativo, documental, de corte transversal	494	20 - 60 anos ou mais	47%F 53%M	O professor universitário acumula atribuições e responsabilidades que elevam os índices de morbidade e absenteísmo, bem como altera sua prática docente. As doenças que somaram mais dias de afastamentos foram as do sistema osteomuscular com 12,99% e transtornos mentais e comportamentais com 12,63%.
--	------	--	-----	----------------------------	--------------	--

Tabela 1. Caracterização da fonte de dados, do desenho do estudo, da amostra estudada e desfecho da associação entre condições de trabalho e saúde dos professores universitários na literatura selecionada.

De acordo com os resultados apresentados, o ambiente organizacional de trabalho interfere com o estado de saúde dos docentes, devido aos riscos psicossociais presentes no ambiente acadêmico (CARAN et al., 2011).

Queixas de dores osteomusculares e distúrbios da voz (AUAD, 2007), foram relacionadas a condições ergonômicas do trabalho, ressaltando-se a postura ortostática na jornada de trabalho e necessidade de carregar peso, como o material didático, por exemplo (SERVILHA e ARBACH, 2011; FONTANA e PINHEIRO, 2010; LIMA e LIMA-FILHO, 2014). As doenças osteomusculares não foram relacionadas à idade, altura, (SANCHEZ et al., 2013), mas em relação ao tempo da jornada de trabalho, houve controvérsia, entre os resultados dos

trabalhos identificados. Em Sanchez et al (2013) a incidência de dores musculoesqueléticas nos docentes foi independente do tempo e jornada de trabalho, já em Lima e Lima-Filho (2014), esta associação foi constatada. Provavelmente, isto se deve ao fato de diferenças no ambiente de trabalho onde os estudos foram realizados.

Em relação às condições físicas, o destaque como predisponente de agravos à saúde foi o ruído (LE MOS, 2005 e RIBEIRO, 2015), que pode ser proveniente da própria sala de aula, pode estar relacionado ao trânsito próximo às dependências da instituição, bem como às constantes obras. Em trabalho que comparou docentes de IES (Instituições de Ensino Superior) público e privada, constatou-se que a exposição a poeira e produtos químicos é mais comum em IES públicas (ALBUQUERQUE, 2013), certamente devido à melhores condições de conservação e limpeza dos espaços e uso de equipamentos de proteção individual nas IES privadas e talvez pela maior frequência de cursos com manipulação de produtos químicos nas IES públicas.

As pesquisas apontaram os transtornos mentais e comportamentais, juntamente com as doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo, como importante causa de afastamentos das atividades laborais por parte dos docentes (SOUSA, 2013), tanto em IES públicas quanto privadas, com um crescimento acentuado dos distúrbios psiquiátricos, como a síndrome de *Burnout* ou esgotamento profissional, além de alcoolismo, dependência química, transtornos depressivos e ansiosos, assédio moral e, em casos extremos, suicídio (COSTA, 2016), como fatores causadores do absenteísmo no trabalho. No estudo de Martins (2007) foi verificada maior predisposição ao

desenvolvimento da síndrome de *Burnout* entre docentes mais jovens e naqueles com maior formação educacional.

O acúmulo de atribuições e responsabilidades, foi identificado como causador do aumento de morbidades e absenteísmo (RIBEIRO, 2016), uma vez que o trabalho docente não se limita somente às atividades em sala de aula, tampouco ao atendimento ao aluno, pelo contrário, abrange questões de ordem administrativas, como gestão, além de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, sendo na maioria das instituições avaliados segundo o número de publicações de artigos científicos.

Também foi apontado que a desproporcionalidade entre o salário dos professores e suas responsabilidades repercute em sua saúde física e mental (LEMOS, 2005), havendo grande sobrecarga de trabalho dentro e fora do ambiente acadêmico, cobranças, dificuldades de relacionamento com a chefia e com os alunos, como fatores de estresse, prejudicando sua saúde (DALAGASPERINA e MONTEIRO, 2012). Em trabalho que comparou docentes de IES públicas e privadas, verificou-se que ambos estão expostos a fatores desconfortáveis para o desenvolvimento de suas atividades, sendo o acúmulo de atividades uma característica dos docentes de IES privadas (ALBUQUERQUE, 2013).

Contudo vale ressaltar que, ainda que algumas situações do trabalho estejam relacionadas à ocorrência de agravos à saúde, também é notável que o desenvolvimento da atividade em sala de aula proporciona grande satisfação pessoal, mesmo que os docentes apresentem sintomas da síndrome de *Burnout* em períodos de maior demanda (PEREIRA, 2006). Em trabalho que comparou

autoestima de docentes de IES pública e privada, foi apontada maior média nas IES privadas (TERRA, 2012 e LOURENÇO, 2009). Os fatores identificados como influenciadores do bem-estar docente foram, em ordem crescente de importância: respeitabilidade, família, amigos, autoestima, saúde, satisfação (OLIVEIRA, 2001) no trabalho, situação financeira, lazer, participação em grupos e religiosidade. Em estudo realizado entre docentes de enfermagem, no sul do país, observou-se correlação positiva entre resiliência e qualidade de vida (MIGUEL, 2012).

Do ponto de vista metodológico, ainda que o número de publicações no formato de artigos seja limitado, o presente estudo, baseado também em dissertações e teses, permitiu visualizar o panorama geral do modo de produção do trabalho docente, as condições de trabalho às quais estão sujeitos e a interferência desta situação no seu estado de saúde.

Conclusão

Os resultados encontrados na revisão sistemática permitem verificar uma tendência ao adoecimento entre professores universitários decorrente, da exaustão emocional ocasionada pelo modo de produção do trabalho, que determina uma sobrecarga de atividades a este profissional, deixando-o em situação de vulnerabilidade diante dos indicadores de avaliação da política educacional.

Diante do exposto, entende-se que deve ser revista a forma de trabalho do docente universitário, cabendo às instituições de ensino, públicas e privadas,

fornecer melhores condições físicas de trabalho, adotando estratégias para proporcionar condições ergonômicas satisfatórias e redução dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho desses profissionais, minimizando os efeitos dos fatores geradores de doenças osteoarticulares, distúrbios da voz e estresse.

Devido à importância do cuidado com a saúde do trabalhador, a viabilização de práticas para a promoção da saúde, como ginástica laboral, conforto ambiental, relação de trabalho adequada entre colegas e chefia, bem como a prevenção da saúde de docentes, com a realização de exames periódicos de rotina, devem ser estimuladas, de forma a manter o estado geral de saúde físico, psíquico e social, com a preservação da autoestima e consequente manutenção da qualidade de vida do profissional.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, P e CARDOSO, T. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a síndrome de *Burnout*. **Saúde Soc.** p. 129-40, 2012

ALBUQUERQUE, A. L. **Relação entre condições de trabalho e saúde vocal de professores no ensino superior**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Vitória de Santo Antão. Pernambuco, 2013.

ALVES, L. A. **Uso prolongado da voz em professoras universitárias: uma questão de saúde do trabalhador**. Tese (Doutorado em Ciências), USP, Ribeirão Preto, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, T. M. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan/jun., 2005.

AUAD, A. R. B. **Interferência de fatores ambientais e emocionais na voz de docentes universitários**. 2007. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás, UCG, 2007.

CARAN, V. C. S. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro (RJ), v. 19, n. 2, p. 255-261, 2011.

COSTA, D. L. **Análise da relação entre saúde mental e trabalho de docentes universitários**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COSTA, L. S. T. et al. Prevalência da Síndrome de *Burnout* em uma amostra de professores universitários brasileiros. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 4, p. 636-642, 2013.

DALAGASPERINA, P. e MONTEIRO, J. K. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, Fortaleza (CE), v. 16, n. 1, p. 37-51, abril, 2016.

FONTANA, R. T. e PINHEIRO, D. A. Condições de saúde auto referidas de professores de uma universidade regional. **Revista Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS), v. 31, n. 2, p. 270-276, jun., 2010.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, 2005.

LIMA Jr, J. P. e SILVA, T. F. A. Análise da sintomatologia de distúrbios osteomusculares em docentes da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. **Revista Dor**. São Paulo (SP), v. 15, n. 4, p. 276-280, out-dez, 2014.

LIMA, M. F. E. M. e LIMA FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Revista Ciências & Cognição**, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov., 2009.

LOURENÇO, N. C. F. **Qualidade de vida no trabalho de docentes de uma faculdade privada no município de São Paulo**. 2009. Dissertação de mestrado, Universidade de Guarulhos, Guarulhos, São Paulo, 2009.

MARIN, A. et al. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, UFMG, p. 22, 2010.

MARTINS, R. M. **O indicativo da incidência *Burnout* em professores do ensino superior: como prevenir ou remediar?** 2007. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (MG), 2007.

MIGUEL, M. E. G. B. **Resiliência e qualidade de vida de docentes de enfermagem**. Tese (Doutorado em Ciências), Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, 2012.

MOHER, D. et al. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, abr/jun., 2015.

OLIVEIRA, Clara Regina Bach de. **Bem-estar dos docentes de uma instituição privada de ensino superior**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Faculdade de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.

PEREIRA, O. A.V. **Qualidade de vida no trabalho de docentes universitários de uma instituição pública e outra privada do leste de Minas Gerais**. 2006. Dissertação de mestrado, Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, Minas Gerais, 2006.

REIS, E. J. F. B et al. Docência e exaustão emocional. **Revista Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan/abr., 2006.

RIBEIRO, A. Z. C. R. **Perfil de morbidade do docente universitário de uma instituição federal de ensino superior**. 2016. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, 2016.

RIBEIRO, L. H. **Ambiente sonoro e a qualidade de vida vocal de professores universitários**. 2015. Dissertação de mestrado, Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, 2015.

SANCHEZ, H. M. et al. Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. São Paulo (SP), v. 11, n. 2, p. 66-75, 2013.

SERVILHA, E. A. M. e ARBACH, M. P. Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. **Revista Distúrbio Comum**, São Paulo (SP), v. 23, n. 2, p. 181-191, ago., 2011.

SOUSA, A. M. **O perfil do adoecimento docente na universidade de Brasília de 2006 a 2011**. 2013. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TERRA, F. S et al. A avaliação da ansiedade, depressão e autoestima em docentes de enfermagem de universidade pública e privada. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto (SP), v. 21, jan-fev, Universidade de São Paulo, 2013.

CAPÍTULO 2

Prevalência e fatores relacionados à transtornos mentais comuns entre professores universitários de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Prevalence and factors related to common mental disorders among university professors of a Brazilian Federal University, 2016.

Glaucia Guimarães de Souza Neme^{1, 2}, Jean Ezequiel Limongi^{3, 4}

Resumo: O presente estudo é parte integrante de pesquisa de mestrado e teve como objetivo descrever características sociodemográficas, antropométricas, hábitos de vida, antecedentes patológicos e da carreira docente de uma Universidade Federal Brasileira, bem como pesquisar a tendência ao desenvolvimento de transtornos mentais comuns e os fatores da organização do trabalho, potencialmente envolvidos, entre professores do ensino superior. Foi realizado um estudo transversal, mediante aplicação de questionário estruturado, autoaplicável, utilizado para caracterização da amostra e de instrumento padronizado e validado no Brasil, o *Questionário de Saúde Geral de Goldberg*, empregado para investigação da prevalência de transtornos mentais comuns. A pesquisa contou com uma amostra de 351 sujeitos, sendo 57,8% do sexo masculino, com idade entre 26 e 71 anos, IMC médio 25,3 Kg/m², tempo médio de docência 15,7 anos, realização de atividade de coordenação por 36,6% dos docentes, sendo o ensino a principal atividade exercida. Dislipidemias e HAS foram as patologias mais prevalentes. O rastreamento para transtorno mental comum apontou positividade em 104 (29,6%) dos entrevistados. Foram determinados, como fatores de risco, ritmo acelerado de trabalho e relacionamento ruim com os colegas de trabalho e, como fator de proteção, a prática de exercícios físicos, para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns.

Palavras-chave: "professores universitários", "saúde do trabalhador", "transtornos mentais".

Abstract: The present study is an integral part of the master's research and aimed to describe sociodemographic, anthropometric characteristics, life habits, pathological antecedents and the teaching career at the Brazilian Federal University, as well as to investigate the tendency to develop common mental disorders and the factors of the work organization, potentially involved, among higher education teachers. A cross-sectional study was carried out using a structured, self-administered questionnaire used to characterize the sample and a standardized and validated instrument in Brazil, the Goldberg General Health Questionnaire, used to investigate the prevalence of common mental disorders. The research had a sample of 351 subjects, being 57.8% male, aged between 26 and 71 years, mean BMI 25.3 Kg / m², average teaching time 15.7 years, performing coordination activity by 36.6% of teachers, with teaching being the main activity. Dyslipidemias and SAH were the most prevalent pathologies. The screening for common mental disorder showed positivity in 104 (29.6%) of the interviewees. Accelerated work and poor relationships with co-workers and, as a protection factor, the practice of physical exercises for the development of common mental disorders were determined as risk factors.

Keywords: "university professors", "worker's health", "mental disorders".

¹Médica Perita do Instituto Nacional de Seguridade Social, Gerência Executiva de Uberlândia, MG, Brasil.

²Médica do Trabalho da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil.

³Doutor em Imunologia e Parasitologia Aplicadas.

⁴Professor do Curso de Saúde Ambiental e da Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e Pesquisador do Laboratório de Vigilância em Saúde Ambiental do Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil.

Trabalho realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia (MG), Brasil.

Endereço para correspondência: Jean Ezequiel Limongi – Avenida João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1H, sala 23 – Bairro Santa Mônica – CEP: 38408-100 – Uberlândia (MG), Brasil – Email: jeanlimongi@gmail.com

Fonte de financiamento: nenhuma.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Introdução:

A saúde do trabalhador configura um campo de práticas e conhecimentos estratégicos, voltado para o estudo, análise e intervenção nas relações entre trabalho e saúde-doença (LACAZ, 1996). O estudo do processo saúde-doença e sua relação com o trabalho tem como referência fundamental os trabalhos de AROUCA-TAMBELLINI (1978), LAURELL e NORIEGA (1989), LACAZ (1996), MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA (1997).

Os riscos à saúde do trabalhador são, tradicionalmente, classificados como químicos, físicos, biológicos e ergonômicos, embora destaca-se também os riscos psicossociais (CARAN et al, 2011). Dessa forma, a saúde do trabalhador adota uma visão da relação entre o trabalho e o processo de saúde-doença que supera aquela do ambiente e seus agentes. Nela, o biológico e o psíquico interagem, constituindo um nexó psicofísico indissociável, cujo desequilíbrio, mediado pelas relações sociais, pode expressar-se numa ampla e variada gama de transtornos, classificados como doenças, mal-estares difusos, sofrimentos e danos, que se somam às doenças ocupacionais clássicas, aos acidentes do trabalho e às doenças relacionadas ao trabalho (BREILH, 1994; LAURELL e NORIEGA, 1989).

As leis do mercado vão tornando-se cada vez mais presentes nas relações das instituições educacionais. Assim, assistimos a uma deterioração das condições de trabalho dos docentes, o que tem provocado mudanças em sua atuação e função social (RESENDE, 2005).

Bosi (2005), discute a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior, de 1980 a 2005, destacando como fatores principais desta deterioração: o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, principalmente, no setor privado e em novas universidades estaduais, em que as condições de trabalho e de contrato existentes, geralmente, são precárias; a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas Instituições de Ensino Superior Públicas e a adoção de critérios, exclusivamente quantitativos, para a avaliação da produção do trabalho docente e suas consequências.

Lima (2005) cita em seu artigo os trabalhos de Nóvoa (1995, 1999) e Esteves (1995, 1999), em que denomina de “mal-estar docente”, o fenômeno decorrente dessa mudança na política educacional, o qual se relaciona ao ambiente profissional. Esse quadro favorece significativo desgaste biopsíquico do educador, produzindo, segundo Rocha e Sarrierra (2006), um deslocamento do perfil das doenças relacionadas ao trabalho, destacando-se na atualidade, doenças como hipertensão arterial, doenças coronarianas, distúrbios mentais, estresse e câncer, dentre outras.

Entre os distúrbios mentais associados ao trabalho docente, Carlotto (2002), apresenta os principais modelos explicativos da síndrome de *Burnout* em professores, definido como um tipo de estresse ocupacional, constituído de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho. Transtornos mentais comuns, referidos como distúrbios não-psicóticos, assim definidos por Goldberg e Huxley (1992), estão relacionados a sintomas como sofrimento psíquico, insônia, cefaleia, fadiga, irritabilidade,

esquecimento, dificuldade de concentração, tristeza, ansiedade e preocupação somática (CERCHIARE et al, 2005).

Estudos que avaliam as morbidades de uma dada população sujeita a riscos ocupacionais apresentam como benefício a possibilidade da atuação na prevenção dos agravos à saúde mais frequentemente encontrados, assim como propiciam o embasamento de melhores condições para o desenvolvimento de estratégias para aprimorar as medidas de promoção, prevenção à saúde e tratamento das patologias identificadas, podendo se propor intervenções no ambiente de trabalho onde sejam constatadas deficiências, predispondo ao adoecimento, o que justifica a relevância e realização da presente pesquisa.

O objetivo do estudo foi descrever características sociodemográficas e antropométricas, hábitos de vida, antecedentes patológicos, carreira docente, condições e organização do trabalho em uma Universidade Federal Brasileira, assim como pesquisar a tendência ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos comuns e sua relação com as variáveis individuais em estudo, além da possível associação com as condições e organização do trabalho, entre os professores do ensino superior, estimando as medidas de frequência, associação e significância.

Metodologia

Desenho do estudo

Foi realizado um estudo epidemiológico do tipo transversal, entre os docentes de carreira de uma Universidade Federal Brasileira durante o período de julho de 2016 a maio de 2017. Para este estudo foi aplicado um questionário estruturado, na amostra calculada sobre a população de docentes universitários, atuando na instituição no início do referido período.

Instrumento

O instrumento de coleta de dados utilizado foi dividido em duas partes sendo a primeira composta por dados sociodemográficos (sexo e idade), antropométricos (peso e altura), antecedentes patológicos (hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, dislipidemias, tireoidopatias, cardiopatias, pneumopatias e neoplasias), hábitos pessoais de vida (prática de atividade física, uso do computador em casa, tabagismo e etilismo), carreira de docência (tempo de docência total, de docência no ensino superior e na instituição em estudo, principal função, carga horária e recebimento de bolsa de produtividade), condições e organização do trabalho (ergonomia do ambiente de trabalho, relacionamento com colegas e chefia, satisfação pelo trabalho), elaboradas pelos próprios pesquisadores.

A segunda parte do instrumento correspondeu ao Questionário Geral de Saúde, desenvolvido por Goldberg na sua versão inicial em 1972, para identificar, tanto a incapacidade para realizar as atividades que são usuais nas

peças, quanto o aparecimento de fenômenos estressantes novos (GOLDBERG e HILLIER, 1979) e consiste em uma medida de auto resposta utilizada, universalmente, para avaliar perturbações psiquiátricas não psicóticas (RIBEIRO PAIS e ANTUNES, 2003). O referido questionário apresenta em sua versão original 60 questões, sendo também aplicado nas versões com 30, 28, 20 e 12 itens. Para este estudo foi utilizado o questionário constituído por 28 itens, concebido por Golberg e Hillier, em 1979, conhecido pelo acrônimo original *GHQ-28* (RIBEIRO PAIS et al, 2015), por representar a versão mais conhecida e popular do *General Health Questionnaire*. O *GHQ-28* avalia o estado atual do indivíduo e identifica se este estado difere do seu habitual. É sensível a perturbações psiquiátricas recentes mas não a estados estáveis com existência prolongada (GOLDBERG e WILLIAMS 1988).

O *GHQ-28*, através de análise fatorial, foi dividido em 4 subescalas, apresentando 4 dimensões, distribuídas da seguinte forma: questões de 1 a 7, relacionadas à sintomas psicossomáticos; de 8 a 14, à ansiedade e insônia; de 15 a 21, à disfunção social e de 22 a 28, à depressão grave, configurando um questionário que possibilita examinar um perfil de pontuação ao invés de uma única pontuação, tornando particularmente útil esta versão. As propriedades métricas de tal questionário estão bem estabelecidas internacionalmente, estando demonstrado que a versão portuguesa do questionário apresenta uma estrutura equilibrada, semelhante a que é apresentada pela versão original dos autores, o que facilita sua utilização em investigação (RIBEIRO PAIS et al, 2015).

Existem 4 alternativas, para cada pergunta, para as quais são atribuídas notas que podem variar na forma de cotação de um autor para outro. Nesta

pesquisa foi utilizado o escore 0-0-1-1 por representar o método defendido pelo autor do teste (GOLDBERG et al, 1997). Os itens são somados para produzir uma pontuação total resultante da soma das pontuações das quatro dimensões. Foi utilizado como ponto de corte o valor equivalente ou maior que 4, para pesquisa ser considerada indicador positivo de transtorno mental comum, de acordo com manual *GHQ-28*, de 1978, sendo este o limite médio em estudo da Organização Mundial de Saúde de 1997, em todos os centros e idiomas (GOLDBERG et al, 1997).

Amostra

Para determinação da amostra, foi realizado levantamento da população de professores de uma Universidade Federal Brasileira, totalizando 1888 docentes, efetivos, em maio de 2016, conforme dados do setor de recursos humanos. Deste total, foram excluídos os professores do ensino médio e os professores da escola técnica de saúde, pois o sujeito do estudo foi o docente universitário de ensino superior. Também foram excluídos da pesquisa os professores da graduação lotados em campus situados fora do município da pesquisa. Assim, chegou-se ao valor de 1486 docentes da graduação, distribuídos em 29 unidades acadêmicas, divididas em faculdades e institutos, da Universidade Federal Brasileira estudada.

O dimensionamento amostral foi realizado com erro absoluto de 5%, estimativa de prevalência de 50% (com o objetivo de maximizar a amostra) e grau de confiança de 95%, determinando-se a amostra mínima de 305 docentes.

A técnica de amostragem utilizada foi a estratificada proporcional, tomando como parâmetro o número de docentes de cada unidade acadêmica, sendo os 29 setores elencados, amostrados no estudo.

Aplicação do Instrumento

Os docentes do ensino superior da instituição estudada, foram convidados, ao acaso, à participarem da pesquisa. O questionário foi aplicado pelos próprios pesquisadores, nos respectivos departamentos em que os docentes estavam lotados. Os professores se dispuseram a respondê-lo voluntariamente, sob o seu consentimento livre e esclarecido. Os questionários foram aplicados até ser atingida a amostra calculada para cada unidade acadêmica, ultrapassando a amostra mínima determinada. Foram excluídos da pesquisa os questionários preenchidos inadequadamente.

Testes Estatísticos

Foi construído um banco de dados especificamente para este estudo, utilizando o programa computacional Epi Info 7.1.3. Medidas de frequência, significância e associação foram calculadas por meio deste programa. A sequência da análise estatística seguiu as seguintes etapas: análise bivariada aplicando o teste *Qui-quadrado* (χ^2) ou teste Exato de *Fisher* para comparação de proporções entre as variáveis categóricas e para análise de variáveis numéricas foram utilizados os testes *t de Student* ou *Wilcoxon* para médias e

medianas, respectivamente; *Odds Ratio* (OR) e intervalo de confiança de 95% foram empregados para quantificar a associação entre as variáveis estudadas e os transtornos mentais comuns. Foram realizadas análises multivariadas usando o modelo de regressão logística na seguinte sequência: 1 - seleção preliminar das variáveis da análise bivariada, incluindo aquelas em que $p < 0,20$; 2 - construção de modelos logísticos intermediários usando diferentes subgrupos (variáveis demográficas, antropométricas, carreira de docência, hábitos de vida, condições de trabalho), sendo mantidas nesses modelos variáveis que atingiram nível de significância de $p < 0,15$; 3 - construção de um modelo final, mantendo apenas as variáveis que atingiram níveis significativos de $p < 0,05$.

Parecer Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Vivos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade estudada, em 06/07/2016, sob o número de parecer 1.628.031, sendo realizada em conformidade com os preceitos da resolução 466/12.

Resultados

Foram entrevistados 351 docentes, com titulação variável de mestre, doutor e pós doutor, distribuídos por meio de amostra estratificada proporcional entre 29 dos 30 institutos de graduação da instituição estudada, ficando excluída do estudo a faculdade situada fora do município onde foi realizada a pesquisa.

A distribuição dos sujeitos contemplou os seguintes cursos de graduação: agronomia, arquitetura, urbanismo e design, artes, biologia, biomedicina, biotecnologia, ciências contábeis, ciências sociais, computação, direito, economia, educação, educação física, enfermagem, engenharia ambiental, engenharia biomédica, engenharia civil, engenharia de alimentos, engenharia elétrica, engenharia mecânica, engenharia química, filosofia, física, física médica, fisioterapia, genética, geografia, gestão em negócios, história, letras e linguística, matemática, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, química e zootecnia.

A amostra foi, predominantemente, do sexo masculino (57.8%), com idade variando entre 26 e 71 anos e média de $44 \pm 9,8$ anos, apresentando Índice de Massa Corporal médio de $25,3 \text{ Kg/m}^2 \pm 4,2$ (Min - Max: $13,1 \text{ Kg/m}^2$ - $44,7 \text{ Kg/m}^2$). Para esta variável, foram encontrados os seguintes dados: 51,8% dos entrevistados dentro da normalidade (IMC entre 18,5 e $24,9 \text{ Kg/m}^2$), 37,5% classificados como pré-obesos (IMC entre 25 e $29,9 \text{ Kg/m}^2$), 5,5% apresentando obesidade classe I (IMC entre 30 e $34,9 \text{ Kg/m}^2$), 3% com obesidade classe II (IMC entre 35 e $39,9 \text{ Kg/m}^2$) e 1% com obesidade classe III (IMC maior que 40 Kg/m^2).

Em relação a carreira de docência verificou-se tempo médio de docência de $15,7 \pm 10,95$, sendo $13,6 \pm 10,2$ anos relacionados à docência universitária e $11,1 \pm 10,88$ anos exercidos na Instituição de Ensino Superior da pesquisa. Do total de docentes entrevistados, 36,6% exercem algum tipo de coordenação (de curso de graduação, pesquisa, extensão, laboratório didático) e 10,2% possui bolsa de produtividade.

Quanto a função, dentre as quatro listadas à saber, ensino, pesquisa, extensão e gestão, 13,2% consideraram as quatro como sendo principais no seu cotidiano, 30,8% consideraram três destas, 39,0% apontaram duas como principais e 17% identificaram como sendo uma destas atividades a mais relevante. O ensino, pesquisa, extensão e gestão foram referidos como sendo a atividade preponderante em 95,1%, 79,5%, 37% e 23,6% dos professores universitários entrevistados, respectivamente. Quanto à carga horária, 93,2% apresentam jornada de trabalho de quarenta horas, sob regime de dedicação exclusiva.

Na avaliação auto descritiva dos antecedentes patológicos, constatou-se: 21,3% casos de dislipidemia (hipercolesterolemia, usando como referência valores maior ou igual a 240mg/dl para o colesterol total e hipertrigliceridemia, tomando como limite valores maior ou igual a 200mg/dl), 15,5% de hipertensão arterial sistêmica, 7,2% de doenças da tireoide, 6,9% de doenças osteomusculares, 3,4% de diabetes mellitus, 3,1% de doenças cardíacas e 1,7% de neoplasias. Foram citadas outras 36 patologias pelos docentes entrevistados, de forma isolada, como por exemplo: glaucoma, osteoporose, epilepsia, hepatite C, sarcoidose, acidente vascular cerebral, síndrome do cólon irritável, síndrome

da imunodeficiência adquirida. Do total de docentes entrevistados 42,3% fazem uso regular de alguma medicação para controle de doenças crônicas.

Analisando os hábitos de vida, verificou-se que 81,2% realizam atividade física, distribuída da seguinte forma: até 2 vezes por semana 36,4%, 3 vezes por semana 37,8% e mais de 3 vezes por semana 25,8%. Quanto ao uso do computador em casa, 91,4% afirmaram fazê-lo, sendo 51,7% até 3 horas e 48,3% mais de 3 horas. Entre os docentes, 90,5% relataram não ser tabagistas, 4,89% afirmaram praticar o hábito de fumar e 4,6% declararam-se como ex-tabagistas. Em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, 57,6% afirmaram sua ingestão, sendo a frequência variável: uma vez a cada 15 dias a 4 vezes por semana.

Em se tratando das condições do ambiente de trabalho, foi apontada exposição à radiação ionizante por 8,0% dos professores, exposição a produtos químicos por 26,8%, exposição a agentes biológicos por 22,8%, ruído elevado por 24,5 %, iluminação inadequada por 19,64%, calor por 25,89%, mobiliário inadequado por 24,5% e ritmo acelerado de trabalho por 57,5% dos docentes.

Foi relatado relacionamento ruim com os colegas por 21,8% dos entrevistados e relacionamento ruim com a chefia por 7,1%. Foi constatada satisfação com a atividade laboral de docência exercida em 98,9% dos participantes da pesquisa.

O rastreamento sobre o estado de saúde mental detectou transtorno mental comum em 104 (29,6%) dos entrevistados.

Todas as variáveis pesquisadas (dados sociodemográficos, antropométricos, antecedentes patológicos, hábitos de vida, condições e organização do trabalho), foram analisadas em relação a positividade para transtorno mental comum (Tabelas 1 e 2). Aquelas que, na análise bivariada, obtiveram valor de $p \leq 0,20$, foram incluídas no modelo de regressão logística (Tabela 3).

Tabela 1. Associação entre transtornos mentais comuns e variáveis sociodemográficas, carreira de docência e hábitos de vida entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Variáveis	Transtornos Mentais Comuns	OR (IC95%) ^a	Valor de p ^a
	%		
Sexo			
Masculino	25,6	0,6 (0,40-1,02)	0,07
Feminino	35,1	1,0	
Exerce atividade de coordenação			
Sim	36,2	1,5 (0,99-2,66)	0,07
Não	26,4	1,0	
Exercício físico			
Sim	26,7	0,49 (0,28-0,86)	0,02
Não	42,4	1,0	
Consumo de bebida alcoólica			
Sim	26,8	0,72 (0,45-1,15)	0,20
Não	33,7	1,0	

^a Teste do qui-quadrado.

Foi identificada maior prevalência de transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior do sexo feminino, que exercem alguma atividade de coordenação, que não praticam atividade física e não consomem bebida alcoólica, porém somente para a prática de exercícios físicos houve significância estatística, sendo considerado fator de proteção contra o desenvolvimento de transtorno psiquiátrico comum com $p=0,02$ (Tabela 1).

Tabela 2. Associação entre transtornos mentais comuns, condições do ambiente laboral, organização do trabalho e satisfação com atividade laboral entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Variáveis	Transtornos Mentais Comuns	OR (IC95%) ^a	Valor de p ^a
	%		
Ritmo acelerado de trabalho			
Sim	39.3	3,2 (1.92-5.43)	< 0,00001
Não	16.8	1,0	
Calor			
Sim	37.9	2.14 (1,34-3.44)	0,002
Não	22,2	1,0	
Mobiliário adequado			
Sim	25.0	0,54 (0,33-0,86)	0,01
Não	38.2	1,0	
Iluminação adequada			
Sim	24,9	0,42 (0,25-0,70)	0,001
Não	44,1	1,0	
Ruído elevado			
Sim	37.2	1,58 (0,94-2.65)	0,10
Não	27.2	1,0	
Exposição a agentes biológicos			
Sim	37.5	1,59 (0,93-2.69)	0,10
Não	27.3	1,0	

Relacionamento ruim com os colegas				
Sim	54.0	3.94 (2.31-6,77)		
Não	22,8	1,0		< 0,00001
Relacionamento ruim com a chefia				
Sim	52.0	2.78 (1,20-6.46)		
Não	27,9	1,0		0,02
Gosta do que faz				
Sim	28.8	-		
Não	100	-		0,007 ^b

^a Teste do qui-quadrado. ^b Teste de Fisher.

Na análise bivariada entre transtornos mentais comuns e condições do ambiente laboral, organização do trabalho e satisfação com a atividade laboral entre docentes, foram considerados como fatores de risco: ritmo acelerado de trabalho, calor, relacionamento ruim com os colegas de trabalho e com a chefia. Foram considerados fatores de proteção: mobiliário e iluminação adequados (Tabela 2).

O teste Exato de *Fisher* foi aplicado, quando não foi possível a utilização do teste *Qui-quadrado*, tendo sido empregado para associação de morbidade psiquiátrica comum com a variável satisfação na atividade de docência desempenhada, onde se detectou a presença de 100% de transtorno psicológico entre os que não gostavam da atividade exercida, porém não foi possível o cálculo da OR (presença de um dos componentes do cálculo com valor 0).

Tabela 3 – Modelo final de regressão logística e análise bivariada (variáveis individuais) entre docentes de uma Universidade Federal Brasileira, 2016.

Variável	Variáveis Individuais	Modelo Completo
	OR não ajustada (IC 95%)	OR ajustada (IC 95%)
Pratica de exercícios físicos	0,49 (0,28 - 0,86)*	0,53 (0,30 - 0,97)*
Ritmo acelerado de trabalho	3,2 (1,92 - 5,43)**	2,09 (1,17 - 3,70)*
Relacionamento ruim com os colegas de trabalho	3,94 (2,31 - 6,77)**	2,72 (1,54 - 4,82)**

*p<0,05; **p<0,01.

Na análise de regressão logística múltipla, em que se verificaram os efeitos simultâneos das variáveis, mantiveram-se associadas à transtornos mentais comuns, apenas, a prática de exercícios físicos, como fator protetor, além do ritmo acelerado de trabalho e relacionamento ruim com os colegas de trabalho, como fatores de risco (Tabela 3).

Discussão

A utilização de estudos epidemiológicos, transversais, para o levantamento de agravos à saúde em docentes universitários tem sido empregada em vários trabalhos, como visto nas publicações de Lima e Lima-Filho (2009), Servilha e Arbach (2011), Caran et al (2011), Fontana e Pinheiro, (2010), Sanchez et al (2013), Dalagasperina e Monteiro (2012), Costa et al (2014), Terra et al. (2012), entre outros, demonstrando ser uma ferramenta de

grande utilidade para pesquisas dessa natureza. Os trabalhos citados investigam variáveis diversas, mas com o objetivo comum de determinar fatores de risco à saúde do trabalhador docente universitário no seu ambiente laboral.

No presente estudo verificou-se preponderância de docentes do sexo masculino, em relação ao feminino. Em geral, nas pesquisas, não há diferença significativa da prevalência de sexo, como mostrado no trabalho de Servilha, e Arbach, (2011), sendo um dado variável de uma instituição para outra. Lima e Lima-Filho (2009), que também identificou predominância do sexo masculino, defende que no nível superior de ensino o sexo masculino lidera, ao contrário do que ocorre nos outros níveis de ensino, e relaciona este fato ao prestígio social da atividade laboral de docência no ensino superior.

A idade dos entrevistados variou entre 26 e 71 anos, sendo a média de $44 \pm 9,8$ anos, considerada dentro da faixa etária de grande produtividade, economicamente ativa. Nota-se um alargamento da idade em atividade, com a nova legislação que permite trabalho no serviço público federal até o limite de 75 anos, conforme Lei Complementar 152/2015, e não mais até 70 anos, o que, provavelmente, está associado aos laços firmados com a instituição e também às perdas salariais acarretadas com a aposentadoria.

A avaliação do Índice de Massa Corporal (IMC), demonstrou que 51,8% dos entrevistados estavam dentro da normalidade, com IMC médio de 25,3 Kg/m², semelhante ao IMC médio de 24.1 Kg/m², encontrado por Fontana e Pinheiro (2010). Neste estudo 37,5% foram classificados como pré-obesos, sendo considerados em zona de risco para o desenvolvimento de obesidade e 10,7% já com obesidade instalada (5,5% classe I, 3% classe II e 1% classe III).

Este dado demonstra a necessidade de intervenção na atenção à saúde, pois praticamente a metade dos participantes da pesquisa já estão obesos ou com grande propensão à obesidade, sendo um fator de risco, modificável, para outras patologias, o que pode prevenir eventos graves como infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral. Trabalhos, que avaliaram o IMC, associaram a tendência à obesidade à escassez de tempo para realização de atividade física devido à sobrecarga de atividades na instituição, uma vez que praticamente a maioria dos entrevistados realizam jornada de trabalho de quarenta horas semanais, sob regime de dedicação exclusiva (DE).

Em relação a carreira de docência verificou-se tempo médio de docência de $15,7 \pm 10,95$, sendo $13,6 \pm 10,2$ anos relacionados à docência universitária e $11,1 \pm 10,88$ anos exercidos na instituição estudada. Observa-se que os entrevistados, apresentam um período extenso de trabalho na instituição em estudo, o que permite dizer que os participantes apresentam tempo de “casa” suficiente para analisar as condições e organização do trabalho a que estão submetidos.

O regime de trabalho principal na amostra foi dedicação exclusiva com quarenta horas de jornada, representando 93,2% dos entrevistados, o que reflete o grande envolvimento dos professores com a instituição, estando de acordo com os estudos de Lima e Lima-Filho (2009), com achado de 74,9% da amostra do estudo trabalhando sob este mesmo regime.

Na distribuição das atividades, o ensino liderou, atingindo 95,1%, a pesquisa ocupou o segundo lugar com 79,5%, em seguida ficou atividade de extensão com 37% e, por último, gestão com 23,6%. Para instituição estudada,

o ensino, destacado como atividade principal, é um dado positivo pois esta é a função primordial do professor, porém, a grande porcentagem de atividades relacionadas à pesquisa, reflete a preocupação com a produtividade, que representa um critério de avaliação de desempenho individual na atualidade, supervalorizado (NASCIMENTO, 2010) e, em contrapartida, somente 10,2% dos profissionais recebem bolsa de produtividade como incentivo.

Atividades de coordenação como de curso de graduação, pesquisa, extensão, laboratório didático, foram apontadas por 36,6% dos entrevistados e se sobrepõe à pesquisa das atividades de gestão, pesquisa e extensão. Lima e Lima-Filho, (2009), apontaram atividade administrativa por 74,9%, extensão por 57,8% e pesquisa por 47,1% dos professores, no período de uma a dez horas da jornada de trabalho, por semana, demonstrando um grande envolvimento dos docentes com atividades administrativas, muito mais do que dedicação à pesquisa, o que desgasta e sobrecarrega o professor.

A pesquisa de antecedentes patológicos, conforme referência dos próprios professores, apontou, em ordem de frequência: dislipidemia em 21,3% dos participantes, hipertensão arterial sistêmica em 15,5%, doenças da tireoide em 7,2%, doenças osteomusculares em 6,9%, diabetes mellitus em 3,4%, doenças cardíacas em 3,1% e neoplasias em 1,7%, o que está próximo dos dados da população geral (com exceção das tireoidopatias e neoplasias), conforme dados do Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em consulta realizada ao site <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/12/pesquisa-revela-que-57-4-milhoes-de-brasileiros-tem-doenca-cronica>, que mostra hipertensão arterial sistêmica,

diabetes mellitus, doença crônica da coluna, dislipidemia (principal fator de risco para as doenças cardiovasculares) e depressão como as doenças mais prevalentes no País.

Foram citadas outras 36 patologias pelos docentes entrevistados, isoladamente, e chama a atenção aquelas de característica transmissível, como a hepatite C e a síndrome da imunodeficiência adquirida, pois trata-se de doenças passíveis de prevenção e que estão presentes mesmo em meio a profissionais de alto grau intelectual, detentores de grande fluxo de informações, o que mostra que campanhas sobre o autocuidado devem atingir todos os níveis da população.

Distúrbios osteomusculares, com altos índices em alguns estudos, como relatado por Lima-Jr e Silva, (2014), onde identificaram queixas de sintomas osteomusculares em 85,7% dos docentes universitários, acometendo, principalmente, em sequência de frequência, a coluna lombar, coluna cervical e ombros (LIMA-JR e SILVA, 2014 e SANCHEZ et al, 2013), mostraram pequena prevalência na presente pesquisa com queixa deste agravo em 6,9% dos entrevistados. Distúrbios da voz, alteração frequente em diversos trabalhos (SERVILHA e ARBACH, 2011; LEMOS, 2005; RIBEIRO, 2015; AUAD, 2007), não foram citados pelos professores entrevistados.

Transtornos emocionais não foram abordados nessa parte da investigação auto descritiva pois foi aplicado questionário específico para esta avaliação.

A prática de atividade física foi relatada por 81,2% dos participantes da pesquisa, sendo realizada até 2 vezes por semana em 36,4%, 3 vezes por semana em 37,8% e mais de 3 vezes por semana em 25,8% dos casos. No trabalho de Fontana e Pinheiro, (2010), foi verificada a prática de atividade física em 79% dos docentes, sendo a caminhada a mais relatada. Há evidências epidemiológicas da interrelação saúde e atividades físicas, que, se praticados de forma regular, podem ter benefícios para a saúde (MADUREIRA, 2003). De fato, a pesquisa atual, demonstrou, claramente, que a prática de atividade física se comporta como fator de proteção para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, com $p < 0,02$ (estatisticamente significativa)

O uso do computador em casa é marcante, com 91,4% realizando esta prática (51,7% até 3 horas e 48,3% mais de 3 horas), o que pode se relacionar com a extensão do trabalho para o próprio domicílio, pela sobrecarga de trabalho, ocasionando desgaste do trabalhador.

É bastante expressiva a porcentagem de docentes, 90,5%, que se declararam como não tabagistas, demonstrando uma importante característica de conscientização, em face ao conhecimento público dos malefícios do cigarro, que também pode se dever ao fato das medidas de combate ao tabagismo, proibirem fumar em lugares públicos, sendo o ambiente de trabalho do professor, em geral, fechado.

O consumo de bebidas alcoólicas foi relatado por 57,6%, com frequência variável de uma vez a cada 15 dias à 4 vezes por semana e este hábito de vida não se relacionou com o desenvolvimento de transtornos mentais comuns.

Em relação aos riscos ocupacionais, são considerados riscos físicos, ruído e vibração excessivos, radiação ionizante e não-ionizante, temperaturas extremas (frio e calor), pressão atmosférica anormal. Os riscos químicos referem-se aos agentes e substâncias químicas, sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais. Os riscos biológicos estão associados a vírus, bactérias, parasitas. Os riscos ergonômicos e psicossociais decorrem da organização e gestão do trabalho, como, por exemplo: da utilização de equipamentos, máquinas e mobiliário inadequados, levando a posturas e posições incorretas, locais adaptados com más condições de iluminação, ventilação e de conforto para os trabalhadores, trabalho em turnos e noturno, monotonia ou ritmo de trabalho excessivo, exigências de produtividade, relações de trabalho autoritárias, falhas no treinamento e supervisão dos trabalhadores, reuniões de grupo e com a chefia, entre outros. Os riscos mecânicos e de acidentes são aqueles ligados à falta de proteção do trabalhador, falta de equipamentos de proteção individual (EPI), aparelhamento inadequado, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem levar a acidentes do trabalho (FONTANA E PINHEIRO, 2010).

Não foi objetivo do estudo, associar a atividade à exposição a que o professor está submetido, o que limitaria a generalização do estudo, considerando que a exposição a determinados riscos está diretamente ligada à atividade desempenhada (como no caso de docentes da área da saúde que estão mais expostos a riscos biológicos), entretanto riscos ocupacionais, como os ergonômicos e psicossociais, podem acometer todos os indivíduos, da mesma forma.

Na pesquisa ficou determinada, conforme a percepção dos entrevistados, exposição a: produtos químicos em 26,8%, como poeira, pó de giz e, principalmente, pelo contato com substâncias químicas empregadas em aulas práticas, passíveis de acarretar agravos à saúde mediante sua manipulação, como demonstrado, em estudo realizado em Connecticut (Estados Unidos) onde houve aumento potencial do risco de Linfoma Não-Hodgkin entre mulheres decorrente da exposição ocupacional a formaldeído, solventes, carbonos e benzeno (RONG, 2009); agentes biológicos em 22,8%, pelo contato com micro-organismos e fluidos biológicos de pacientes, durante aulas nos campos de ensino como unidades básicas de saúde, hospital de clínicas; radiações ionizantes em 8,0% dos professores, pela realização de exames radiológicos; ruído elevado por 24,5 %, associado ruído interno à sala de aula e externo decorrente de obras de manutenção ou conservação e limpeza, denotando prejuízo do conforto acústico, o que poderia desencadear distúrbio da voz, atribuído ao uso excessivo pela necessidade de aumentar o tom de voz em virtude dos ruídos, sendo alteração frequente em várias pesquisas, embora não tenha sido referida queixa desta natureza neste trabalho, na amostra estudada (vale ressaltar que o ruído pode acarretar reações psíquicas como perda de concentração, aumento da frequência cardíaca e dificuldade de conciliar o sono, conforme descrito por Fontana e Pinheiro (2010); iluminação inadequada por 19,64% e calor por 25,89%, acarretando sensação de desconforto, irritabilidade, déficit de atenção e concentração; mobiliário inadequado por 24,5%, predispondo a dores osteomusculares; ritmo acelerado de trabalho por 57,5%, pela sobrecarga de atividades, caracterizando importante risco psicossocial entre os docentes, sendo relatado por mais da metade dos entrevistados.

Merece destaque especial a exposição ao calor e o ritmo acelerado de trabalho, pois foram considerados como fatores de risco, estatisticamente significantes, para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns.

Por outro lado, foram considerados como fatores de proteção para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, estatisticamente significantes, as seguintes condições de trabalho: mobiliário e iluminação adequados.

Na organização do trabalho, as relações interpessoais, também se mostram como importantes fatores, para preservação da saúde, em contrapartida, relacionamentos desajustados podem desencadear danos à saúde. Neste estudo, relacionamento ruim com os colegas foi apontado por 21,8% dos entrevistados e relacionamento ruim com a chefia por 7,1%, sendo considerados fatores de risco para desencadeamento de transtornos mentais comuns, estatisticamente significantes.

Apesar da percepção de fatores da condição e organização do trabalho inadequados, a satisfação com a atividade laboral de docência exercida foi apontada por 98,9% dos participantes da pesquisa, dado consoante com a literatura. Fontana e Pinheiro (2010) relataram 97,5% de satisfação no processo de trabalho entre os docentes, relacionando ao aprendizado e interesse dos alunos como maior fonte de satisfação, demonstrando o comprometimento do professor com a formação discente.

A pesquisa apontou presença de transtorno mental comum em 104 (29,6%) dos entrevistados. Dos hábitos de vida avaliados, somente a prática de exercício físico, demonstrou correlação com o desenvolvimento de transtorno mental comum, comportando-se como fator de proteção.

Em relação às condições do ambiente e organização do trabalho, foram considerados como fatores de risco: calor, ritmo acelerado de trabalho, relacionamento ruim com os colegas de trabalho e com a chefia; e como fatores de proteção: mobiliário e iluminação adequados, estatisticamente significante.

Finalmente, na análise de regressão logística múltipla, mantiveram-se associadas aos transtornos mentais comuns, ritmo acelerado de trabalho e relacionamento ruim com os colegas de trabalho, como fatores de risco e, a prática de exercícios físicos, como fator de proteção.

Dalagasperina e Monteiro (2016), apontam como principais fatores de estresse (considerado como um estado geral de tensão fisiológica que mantém relação direta com as demandas do ambiente) entre os professores universitários do ensino privado: sobrecarga de trabalho, cobranças e dificuldades de relacionamento com a chefia e alunos. Lima, e Lima-Filho (2009), relatam que os docentes apresentam exaustão emocional, considerando a elevada manifestação de sintomas como nervosismo, estresse, cansaço mental, esquecimento, insônia e afirmam que estes dados constituem importantes indicativos sobre os processos de trabalho atualmente em instituições universitárias públicas brasileiras.

Baseado no presente estudo e em revisão da bibliografia, verifica-se que tanto nas IES públicas, quanto privadas, a sobrecarga de trabalho e/ou ritmo acelerado de trabalho, compreendido como trabalho acima das possibilidades do sujeito (sendo esta uma avaliação subjetiva por cada indivíduo que participou da pesquisa), bem como conflitos nas relações interpessoais, estão presentes e associados ao desencadeamento de transtornos mentais comuns. Este modo de

organização do trabalho, relaciona-se à mercantilização do ensino, onde os docentes estão submetidos a um alto grau de exigência de produtividade científica para manterem-se dentro dos critérios de avaliação da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), concorrendo, em ambas instituições para o desgaste mental.

Costa (2016) identificou em sua dissertação, três subcategorias temáticas, como causadoras do sofrimento no trabalho docente, que, de acordo com Dejours (1992) tem início quando há um bloqueio na relação entre o homem e a organização do trabalho, se equipararam aos achados do presente estudo, quais sejam: 1 - o produtivismo acadêmico, expressão utilizada no meio acadêmico que se refere à quantidade de publicações, à pressão para publicar e aos meios e as estratégias para tal, sendo uma denominação com características negativas em que a tendência é a produção de quantidade acima da qualidade, situação cotidiana de trabalho vivenciada pelos docentes universitários que se materializa na expressão “*publish or perish*”, em português “publique ou pereça” (ZUIN e BIANCHETTI, 2015), marcada, pela competitividade institucional e individual, entre os próprios docentes pesquisadores que discriminam os que estão mais dedicados às atividades de ensino e extensão, conforme depoimentos dos entrevistados naquela pesquisa; 2 – a onipresença, porque tem várias atividades e atribuições simultâneas e necessita executá-las todas com excelência e dedicação, como sala de aula, orientação acadêmica, participação em reuniões, comissões, funções e atividades administrativas que às vezes ocorrem aparte de seu interesse e de sua carga horária na instituição; 3 – desgaste nas relações de trabalho, segundo Dejours (1992), todos os laços humanos criados pela organização do trabalho,

que neste caso configuram as relações com os alunos, com os colegas de trabalho e com a hierarquia, podendo estas relações tornarem-se conflitantes no cotidiano frente às divergências de interesse e competitividade.

Por outro lado, estratégias defensivas promovem a resistência psíquica frente a determinadas situações e formas de organização do trabalho, e a eufemização, ou seja, uma certa anestesia do sofrimento, fomentando a aceitação e a tolerância do sofrimento no trabalho (MENDES, 2007). Sob esta ótica, a prática de exercícios físicos foi considerada fator de proteção contra o desenvolvimento de transtornos mentais comuns.

Dejours (2006) afirma que as estratégias de defesa são importantes para a proteção da saúde mental do trabalhador contra os efeitos devastadores do sofrimento, mas também podem se tornar em armadilhas que insensibilizam o sofrimento, tornando-o tolerável.

Conclusão

Constata-se que as doenças ocupacionais anteriormente originadas pela desorganização ergonômica, levando a doenças osteomusculares e disfonias, relacionadas ao trabalho do professor universitário, vão abrindo espaço para doenças relacionadas à sobrecarga, ritmo acelerado de trabalho, conflitos interpessoais, com grande desgaste mental, predispondo ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, contribuindo também para o desencadeamento e/ou agravamento de outros transtornos como os distúrbios metabólicos e cardiovasculares.

Conclui-se que a mercantilização do ensino, pesquisa e extensão, bem como a adoção de critérios, primordialmente, quantitativos, contribui para a precarização da atividade laboral dos docentes em Instituições de Ensino Superior no Brasil, prejudicando sua saúde.

O modelo de educação do país mostra que o produtivismo e a sobrecarga de trabalho estão sendo supervalorizados em detrimento da saúde do professor do ensino superior. Esta realidade remete a uma reflexão sobre a forma de educação nas universidades federais brasileiras, devendo ser repensada pelas autoridades competentes. Também é fundamental a adoção de práticas para promoção da saúde com campanhas sobre o autocuidado, principalmente, incentivando a realização de atividade física, visto ser um fator de proteção para transtornos mentais comuns, assim como a busca de equilíbrio no trabalho com manutenção de cordialidade entre os atores envolvidos no ambiente laboral, levando em consideração o fato de ser predisponente ao desenvolvimento de transtorno emocional, como ficou demonstrado na pesquisa.

A realização de exames periódicos de rotina constitui uma importante ferramenta dos servidores públicos para prevenção de agravos à saúde como dislipidemias, HAS, diabetes, assim como o acompanhamento médico regular para tratamento das patologias já instaladas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, N.; SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2009.

AUAD, A. R. B. **Interferência de fatores ambientais e emocionais na voz de docentes universitários**. 2007. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás, UCG, 2007.

ARAÚJO, T. M. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan/jun., 2005.

AROUCA-TAMBELLINI, A. T. O trabalho e a doença. In R. Guimarães (Org.), **Saúde e Medicina no Brasil: contribuição para um debate**. p. 93-119. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BIZARRO, R.; BRAGA, F. Ser professor em época de mal-estar docente: que papel para a universidade? **Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas**, v. 22, n. 2, p. 17-27, 2005.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho. **Manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Organização Pan Americana de Saúde. III Título, VI Série, 2001.

_____. Brasil. **Lei complementar 152**, de 03 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília (DF); 2012.

BREILH, J. **Conceptos y técnicas de investigación - guía pedagógica para un taller de metodología**. Série “Epidemiologia Crítica”, Quito, CEAS, nº 3, 1994.

CARAN, V. C. S. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro (RJ), v. 19, n. 2, p. 255-261, 2011.

CARLOTTO, M.S. *A síndrome de Burnout e o trabalho docente*. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan/jun., 2002.

COSTA, D. L. **Análise da relação entre saúde mental e trabalho de docentes universitários**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

DALAGASPERINA, P.; MONTEIRO, J. K. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, Ceará, v. 16, n. 1, p. 37-51, abril, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ESTEVES, J. M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: **EDUSC**, 1999.

FONTANA, R. S.; PINHEIRO, D. A. Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 2, n. 31, p. 270-6, jun. 2010.

GASPARIN, S.M. et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GOLDBERG, D. P. **The detection of psychiatric illness by questionnaire: a technique for the identification and assessment of non psychotic psychiatric illness**. Londres: Oxford University Press. 1972.

GOLDBERG, D. P. **Manual for the General Health Questionnaire**. Sussex: DJS Spools. 1978.

GOLDBERG, D. P.; HILLIER, V. F. A scaled version of general health questionnaire. **Psychological Medicine**, 9, 131-145. 1979.

GOLDBERG, D. P.; HUXLEY P. **Common mental disorders: a bio-social model**. London: Tavistock. 1992.

GOLDBERG, D. P.; GATER, R.; SARTORIUS, N. et al. The validity of two versions of the GHQ in the WHO study of mental illness in the general health care. **Psychological Medicine**, 27, 191-197. 1997.

LACAZ, F. A. C. Construção do campo saúde do trabalhador na área de saúde coletiva. **Controle Social na Saúde do Trabalhador**, p. 57-69, 2000.

LACAZ, F. A. C. O campo saúde o trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4), p. 757-766, abril, 2007.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: Um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese (Doutorado em saúde coletiva), Saúde do trabalhador. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1996.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Cebes – Hucitec, 1989.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, 2005.

LIMA Jr, J. P.; SILVA, T. F. A. Análise da sintomatologia de distúrbios osteomusculares em docentes da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. **Revista Dor**. São Paulo (SP), v. 15, n. 4, p. 276-280, out-dez, 2014.

LIMA, M. F. E. M.; LIMA FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Revista Ciências & Cognição**, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov., 2009.

LOPES, M. C. R. **“Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado**. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, p. 35-48, 2006.

MADUREIRA, A. S. et al. Estilo de vida e atividade física habitual de professores de educação física. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.** v. 1, n. 5, p. 54-62, 2003.

MANCIBO, D. et al. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, v. 28, p. 37-53, 2006.

MARIN, A. et al. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, **UFMG**, p. 22, 2010.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, São Paulo, 2007.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out., 1991.

MINAYO-GOMES, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 21-32, 1997.

NASCIMENTO, L. F. Modelo CAPES de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 579-600, 2010.

NÓVOA, A. Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan/jun., 1999.

OLIVEIRA, E.S.G. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. **Revista Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 27-41, 2006.

PITA, M. Estresse laboral, assédio moral e *Burnout* marcam produtivismo. **Revista ADUSP**, p. 14-21, set. 2010.

PORTO, L. A. et al. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo centro de estudos da saúde do trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 28, n. 1, p. 33-49, jan/jun., 2004.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 109-128, mai/ago., 2014.

REIS, E. J. F. B et al. Docência e exaustão emocional. **Revista Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan/abr., 2006.

RESENDE, M. R. S. **Formação e autonomia do professor universitário: um estudo da universidade federal de Goiás**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

RIBEIRO PAIS, J. L.; ANTUNES, S. Contribuição para o estudo de adaptação do questionário de saúde geral de 28 itens (General Health Questionnaire – GHQ28). **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Portugal, vol. 5, n. 1, p. 37-45, junho, 2003.

RIBEIRO, L. H. **Ambiente sonoro e a qualidade de vida vocal de professores universitários**. 2015. Dissertação de mestrado, Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, 2015.

RIBEIRO, L. H.; PAIS, J. L. et al. Ulterior validação do questionário de saúde geral de Goldberg de 28 itens. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, vol. 16, n. 3, p. 278-285, dezembro, 2015.

SANCHEZ, H. M. et al. Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. São Paulo (SP), v. 11, n. 2, p. 66-75, 2013.

SERVILHA, E. A. M. e ARBACH, M. P. Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do

trabalho. **Revista Distúrbio Comum**, São Paulo (SP), v. 23, n. 2, p. 181-191, ago., 2011.

SPINK, P. K.; ALVES, M. **O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente**. v.18, n.57, p. 337-343, abr./jun., Salvador, 2011.

TERRA, F. S et al. A avaliação da ansiedade, depressão e autoestima em docentes de enfermagem de universidade pública e privada. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto (SP), v. 21, jan-fev, Universidade de São Paulo, 2013.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de pesquisa**. v. 45, n. 158, p. 726-750, out-dez, 2015.

Considerações Finais

Baseado nos resultados encontrados, espera-se propor medidas para intervenção no processo saúde-trabalho entre professores universitários, traçando estratégias para prevenção das doenças mais prevalentes encontradas assim como medidas para aperfeiçoar o tratamento das doenças já instaladas, bem como sugerir mudanças na estrutura organizacional do ambiente de trabalho que se-apresentaram como fatores de risco para o desenvolvimento de agravos à saúde e incentivar a realização daquele que se mostrou como fator de proteção.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. L. **Relação entre condições de trabalho e saúde vocal de professores no ensino superior**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Vitória de Santo Antão. Pernambuco, 2013.

ALMEIDA FILHO, N.; SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2009.

ALVES, L. A. **Uso prolongado da voz em professoras universitárias: uma questão de saúde do trabalhador**. Tese (Doutorado em Ciências), USP, Ribeirão Preto, São Paulo, 2011.

ANDRADE, P.; CARDOSO, T. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a síndrome de *Burnout*. **Saúde Soc.** p. 129-40, 2012.

ARAÚJO, T. M. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 29, n. 1, p. 6-21, jan/jun., 2005.

AROUCA-TAMBELLINI, A. T. O trabalho e a doença. In R. Guimarães (Org.), **Saúde e Medicina no Brasil: contribuição para um debate**. p. 93-119. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AUAD, A. R. B. **Interferência de fatores ambientais e emocionais na voz de docentes universitários**. 2007. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás, UCG, 2007.

BIZARRO, R.; BRAGA, F. Ser professor em época de mal-estar docente: que papel para a universidade? **Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas**, v. 22, n. 2, p. 17-27, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, Senado Federal, 1988.

_____. Brasil. **Decreto nº 6833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Brasília, 2009.

_____. Brasil. **Decreto nº 6856, de 25 de maio de 2009**. Regulamenta o art. 206 A da Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Brasília, 2009.

_____. Brasil. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Brasil. **Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria 3120, de 1º de julho de 1998**. Instrução normativa de vigilância em saúde do trabalhador. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria 1261 05 de maio de 2010**. Princípios, diretrizes e ações em saúde mental na administração pública federal. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **SIASS: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor**. Brasília, 2009.

_____. Brasil. **Lei complementar 152**, de 03 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília (DF); 2012.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.

BREILH, J. **Conceptos y técnicas de investigación - guía pedagógica para un taller de metodología**. Série “Epidemiologia Crítica”, Quito, CEAS, nº 3, 1994.

CARAN, V. C. S. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro (RJ), v. 19, n. 2, p. 255-261, 2011.

CARLOTTO, M. S. *A síndrome de Burnout* e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan/jun., 2002.

COSTA, D. L. **Análise da relação entre saúde mental e trabalho de docentes universitários**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COSTA, L. S. T. et al. Prevalência da Síndrome de *Burnout* em uma amostra de professores universitários brasileiros. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 4, p. 636-642, 2013.

DALAGASPERINA, P.; MONTEIRO, J. K. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, Ceará, v. 16, n. 1, p. 37-51, abril, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.Ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ESTEVES, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: **EDUSC**, 1999.

FONTANA, R. S.; PINHEIRO, D. A. Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 2, n. 31, p. 270-6, jun. 2010.

GASPARIN, S.M. et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GOLDBERG D. P.; WILLIAMS P. **A user's guide to the General Health Questionnaire**. Windsor, UK: NFER-Nelson.1988.

GOLDBERG, D. P. **The detection of psychiatric illness by questionnaire: a technique for the identification and assessment of non psychotic psychiatric illness**. Londres: Oxford University Press. 1972.

GOLDBERG, D. P. **Manual for the General Health Questionnaire**. Sussex: DJS Spools. 1978.

GOLDBERG, D. P.; HILLIER, V. F. A scaled version of general health questionnaire. **Psychological Medicine**, 9, 131-145. 1979.

GOLDBERG, D. P.; HUXLEY P. **Common mental disorders: a bio-social model**. London: Tavistock. 1992.

GOLDBERG, D. P.; GATER, R.; SARTORIUS, N. et al. The validity of two versions of the GHQ in the WHO study of mental illness in the general health care. **Psychological Medicine**, 27, 191-197. 1997.

LACAZ, F. A. C. Construção do campo saúde do trabalhador na área de saúde coletiva. **Controle Social na Saúde do Trabalhador**, p. 57-69, 2000.

LACAZ, F. A. C. O campo saúde o trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4), p. 757-766, abril, 2007.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: Um estudo sobre as formações discursivas da Academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese (Doutorado em saúde coletiva), Saúde do trabalhador. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1996.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Cebes – Hucitec, 1989.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, 2005.

LIMA Jr, J. P.; SILVA, T. F. A. Análise da sintomatologia de distúrbios osteomusculares em docentes da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. **Revista Dor.** São Paulo (SP), v. 15, n. 4, p. 276-280, out-dez, 2014.

LIMA, M. F. E. M.; LIMA FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Revista Ciências & Cognição**, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov., 2009.

LOPES, M. C. R. **“Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado. Estudos e pesquisas em psicologia,** UERJ, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, p. 35-48, 2006.

LOURENÇO, N. C. F. **Qualidade de vida no trabalho de docentes de uma faculdade privada no município de São Paulo.** 2009. Dissertação de mestrado, Universidade de Guarulhos, Guarulhos, São Paulo, 2009.

MADUREIRA, A. S. et al. Estilo de vida e atividade física habitual de professores de educação física. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.** v. 1, n. 5, p. 54-62, 2003.

MANCIBO, D. et al. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar,** Curitiba, v. 28, p. 37-53, 2006.

MARIN, A. et al. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte, UFMG, p. 22, 2010.

MARTINS, R. M. **O indicativo da incidência *Burnout* em professores do ensino superior: como prevenir ou remediar?** 2007. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (MG), 2007.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, São Paulo, 2007.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out., 1991.

MIGUEL, M. E. G. B. **Resiliência e qualidade de vida de docentes de enfermagem**. Tese (Doutorado em Ciências), Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, 2012.

MINAYO-GOMES, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 21-32, 1997.

MOHER, D. et al. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, abr/jun., 2015.

NASCIMENTO, L. F. Modelo CAPES de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 579-600, 2010.

NÓVOA, A. Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan/jun., 1999.

OLIVEIRA, Clara Regina Bach de. **Bem-estar dos docentes de uma instituição privada de ensino superior**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Faculdade de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, E.S.G. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. **Revista Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 27-41, 2006.

PEREIRA, O. A.V. **Qualidade de vida no trabalho de docentes universitários de uma instituição pública e outra privada do leste de Minas Gerais**. 2006. Dissertação de mestrado, Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, Minas Gerais, 2006.

PEREZ, K. V. **Se eu tirar o trabalho sobra um cantinho que a gente foi deixando ali.** Clínica de psicodinâmica do trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado. 251f. 2012. Dissertação de mestrado. (Psicologia social e institucional). Programa de pós-graduação em psicologia social e institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PITA, M. Estresse laboral, assédio moral e *Burnout* marcam produtivismo. **Revista ADUSP**, p. 14-21, set. 2010.

PORTO, L. A. et al. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo centro de estudos da saúde do trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 28, n. 1, p. 33-49, jan/jun., 2004.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 109-128, mai/ago., 2014.

REIS, E. J. F. B et al. Docência e exaustão emocional. **Revista Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan/abr., 2006.

RESENDE, M. R. S. **Formação e autonomia do professor universitário: um estudo da universidade federal de Goiás.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

RIBEIRO PAIS, J. L.; ANTUNES, S. Contribuição para o estudo de adaptação do questionário de saúde geral de 28 itens (General Health Questionnaire – GHQ28). **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Portugal, vol. 5, n. 1, p. 37-45, junho, 2003.

RIBEIRO, A. Z. C. R. **Perfil de morbidade do docente universitário de uma instituição federal de ensino superior.** 2016. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, 2016.

RIBEIRO, L. H. **Ambiente sonoro e a qualidade de vida vocal de professores universitários**. 2015. Dissertação de mestrado, Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, 2015.

RIBEIRO, L. H.; PAIS, J. L. et al. Ulterior validação do questionário de saúde geral de Goldberg de 28 itens. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, vol. 16, n. 3, p. 278-285, dezembro, 2015.

SANCHEZ, H. M. et al. Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. São Paulo (SP), v. 11, n. 2, p. 66-75, 2013.

SERVILHA, E. A. M. e ARBACH, M. P. Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. **Revista Distúrbio Comum**, São Paulo (SP), v. 23, n. 2, p. 181-191, ago., 2011.

SOUSA, A. M. **O perfil do adoecimento docente na universidade de Brasília de 2006 a 2011**. 2013. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SPINK, P. K.; ALVES, M. **O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente**. v.18, n.57, p. 337-343, abr./jun., Salvador, 2011.

TERRA, F. S et al. A avaliação da ansiedade, depressão e autoestima em docentes de enfermagem de universidade pública e privada. **Rev. Latino-Am. Enf.**, Ribeirão Preto (SP), v. 21, jan-fev, Universidade de São Paulo, 2013.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de pesquisa**. v. 45, n. 158, p. 726-750, out-dez, 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes da Universidade Federal de Uberlândia, 2016

Pesquisador: Jean Ezequiel Limongi

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 49849015.3.0000.5152

Instituição Proponente: Graduação em Gestão em Saúde Ambiental

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.628.031

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo: O processo saúde doença entre professores universitários interfere diretamente com o seu trabalho e pode estar associado com o próprio ambiente laboral em que está inserido. Desta forma é de grande importância o conhecimento do perfil epidemiológico dos agravos à saúde entre os docentes universitários para investimento na prevenção de doenças, assim como para o tratamento mais adequado das patologias já instaladas, além da intervenção direta na estrutura do ambiente de trabalho. A identificação dos agravos à saúde de maior incidência entre professores universitários apresenta-se de grande importância, pois possibilita atuação na prevenção das doenças mais frequentemente encontradas assim como propicia melhores condições para o desenvolvimento de estratégias para o tratamento das patologias já instaladas.

Além disso, pode-se propor intervenções no ambiente de trabalho que apresente deficiências, que predispõe ao desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores:

O objetivo primário consiste em "identificar os agravos à saúde mais frequentes entre docentes da Universidade Federal de Uberlândia, submetidos ao exame periódico da Divisão de Saúde

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 1.628.031

Ocupacional, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2014".

O objetivo secundário consiste em relacionar os agravos mais frequentes encontrados com as características sociodemográficas e biológicas dos docentes, estimando as medidas de frequência, associação e significância.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com os pesquisadores:

Riscos: A pesquisa será baseada em levantamento de arquivos médicos da Divisão de Saúde Ocupacional da Universidade Federal de Uberlândia, assim, pode-se considerar como risco hipotético a divulgação equivocada da identificação dos participantes. O risco será controlado pelos pesquisadores para que seja garantida a privacidade dos participantes e o sigilo das suas informações pessoais. Os sujeitos serão identificados por meio de identificação numérica.

Benefícios: Este trabalho possibilita a atuação na prevenção das doenças mais frequentemente encontradas, assim como propicia melhores condições para o desenvolvimento de estratégias para o tratamento das patologias já instaladas e pode se propor intervenções no ambiente de trabalho que apresente deficiências, predispondo ao desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo apresenta a documentação necessária atendendo aos requisitos necessários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Houve alteração do método de coleta de dados que passou a ser realizado por meio de entrevista. Foi acrescentado o TCLE, o instrumento de coleta de dados e o cálculo amostral correspondente.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação da emenda.

A emenda não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 1.628.031

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 1.628.031

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_734135 E1.pdf	21/06/2016 13:30:08		Aceito
Outros	JUSTIFICATIVA_EMENDA.pdf	21/06/2016 13:29:46	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO.pdf	17/06/2016 14:12:21	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_0.doc	17/06/2016 07:41:18	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_COMPRO_EXECUTORA.pdf	17/06/2016 07:41:02	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Outros	INSTRUM_COLETA_DADOS.pdf	17/06/2016 07:28:02	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.doc	17/06/2016 07:23:34	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CO_PARTICIPANTE.pdf	30/09/2015 17:01:50	Jean Ezequiel Limongi	Aceito
Outros	LINK_CURRICULUM.doc	29/09/2015 09:18:55	Jean Ezequiel Limongi	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 06 de Julho de 2016

Assinado por:

Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

ISSN 1678-1007 *versão impressa*
ISSN 1981-7746 *versão on-line*

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Escopo](#)
- [Política Editorial](#)
- [Forma e preparação de manuscritos](#)
- [Submissão de manuscritos](#)

Escopo

Trabalho, Educação e Saúde publica contribuições originais com o intuito de desenvolver o estudo sobre temas relacionados à educação profissional em saúde.

Política Editorial

A política editorial da revista consiste em discutir a área da educação profissional em saúde sob a ótica da organização do mundo do trabalho, de uma perspectiva crítica, sistemática e interdisciplinar.

Não há cobrança de taxas de submissão de manuscritos, nem de publicação de artigos.

Cabe a todo pesquisador observar e zelar pela integridade ética em pesquisa. Pesquisas que envolvam seres humanos devem obrigatoriamente ter seguido os preceitos da resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e sido aprovadas por comitês de ética em pesquisa. Essa aprovação deve ser mencionada no corpo do texto, na seção sobre a metodologia empregada, incluindo o nome do comitê institucional, o número do processo e a data de aprovação. A Trabalho, Educação e Saúde está em processo de afiliação e segue orientações do Committee on Publication Ethics (COPE - <http://publicationethics.org>).

Segundo o International Committee of Medical Journals Editors (ICMJE), o conceito de autoria baseia-se na contribuição substancial de cada pessoa listada como autor no que se refere a: concepção do projeto de pesquisa; análise e interpretação dos dados; redação e revisão crítica; e concordar em ser responsável por todos os aspectos do trabalho ao assegurar que questões relacionadas à acurácia e integridade de quaisquer partes do trabalho sejam propriamente investigadas e resolvidas. Não se justifica a inclusão como autores de pessoas cuja contribuição não se enquadre nesses critérios; essas podem ser mencionadas nos Agradecimentos, juntamente com a breve descrição da colaboração ao artigo.

Os manuscritos devem ser submetidos pelo sistema de avaliação online da Revista, disponível na página: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br>. Primeiramente, o autor principal deve cadastrar-se no sistema e depois cadastrar seu texto.

Antes de submeter um manuscrito, é imprescindível a leitura e o atendimento das normas para publicação. Para informações adicionais, consultar os editores: revtes@fiocruz.br

Trabalho, Educação e Saúde adota o sistema Turnitin para identificar plágio.

Forma e preparação de manuscritos

A revista aceita contribuições inéditas dos seguintes tipos:

Ensaio: Produção textual de amplo alcance teórico-analítico, não conclusivo e não exaustivo. Tamanho: 6.000 a 10.000 palavras, incluindo referências bibliográficas, figuras e notas.

Artigo: Apresentação de resultado de pesquisa de natureza empírica ou conceitual. Tamanho: 4.000 a 8.000 palavras, incluindo referências bibliográficas, figuras e notas.

Debates: Discussão sobre temas específicos, tanto encomendados pelos editores a dois ou mais autores, quanto advindos de colaboradores. Tamanho: até 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas, figuras e notas.

Entrevistas: Opinião ou posição de entrevistado qualificado nas áreas de conhecimento da revista.

Resenhas: Crítica de livro relacionado aos campos de confluência da revista, publicado ou traduzido nos últimos três anos. Esta contribuição deve ser enviada para o email da revista (revtes@fiocruz.br). Tamanho: até 1.500 palavras.

Manuscritos destinados às seções Artigos e Ensaio devem ser elaborados conforme instruções a seguir e submetidos pelo sistema online de avaliação (<http://www.sistemas.epsiv.fiocruz.br/revtes>).

Apresentação do manuscrito

Colaborações devem ser digitadas no Word, na fonte Times New Roman, em corpo 12, em espaço duplo. Artigos, ensaios e debates devem ainda conter um resumo em português e em inglês (*abstract*) de, no máximo, 200 palavras, e título em inglês, além do título na língua original. Os manuscritos podem ser apresentados em português, espanhol, inglês e francês. O título deve ser conciso e representativo do conteúdo do texto. O(s) autor(es) deve(m) indicar se a pesquisa é financiada, se é resultado de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, se foi aprovada por Comitê de Ética da área e se há conflitos de interesse.

Palavras-chave: Mínimo de três e máximo de cinco palavras-chave descritoras do conteúdo do trabalho, apresentadas na língua original, em espanhol e em inglês (*keywords*).

Figuras: Tabelas, quadros, diagramas, fotografias, gráficos e ilustrações não devem ultrapassar o máximo de seis por artigo, salvo exceções específicas ao campo temático do manuscrito, caso em que o autor deverá manter uma comunicação prévia com os editores. Todas as figuras, com exceção de fotografias, devem ser numeradas e ter título, estando apenas as iniciais do título em maiúsculas. As referências devem ser feitas por números (ex. gráfico 3) e não por expressões como "a figura abaixo".

Notas: As notas devem vir ao fim do texto, numeradas de forma consecutiva. As notas não devem ser utilizadas para referências bibliográficas.

Grifos: Solicita-se a não utilização de sublinhados e negritos. As aspas simples podem ser usadas para chamar a atenção para um item particular do texto. Palavras de outras línguas, que não o português, devem ser italicizadas, assim como títulos de obras mencionadas.

Citações: Citação no corpo do texto deve vir marcada com aspas duplas, com sobrenome do autor, ano e página, como no exemplo (Bourdieu, 1983, p. 126); citação com autor incluído no texto deve vir Gramsci (1982); citação com autor não incluído no texto será (Frigotto e Ciavatta, 2001). No caso de citação com mais de três autores, somente o sobrenome do primeiro deverá aparecer no texto, como em Spink et al. (2001).

Referências: Para elaboração das referências, *Trabalho, Educação e Saúde* adota a norma NBR 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Todas as referências citadas, inclusive nas notas, nos quadros e nas figuras, deverão compor as referências bibliográficas ao fim do texto, em ordem alfabética, sem numeração de entrada e sem espaço entre elas. Nas referências serão citados, no máximo, até três autores com todos os nomes. No caso de mais de três autores, citar apenas o primeiro, seguido da expressão et al. O primeiro nome dos autores deve ser escrito por extenso nas referências. Diferentes títulos de um mesmo autor publicados no mesmo ano deverão ser distinguidos, adicionando-se uma letra (a, b, c...) em minúscula após a data, tanto nas citações no corpo do texto quanto na lista de referências bibliográficas. Observem-se os exemplos a seguir:

- **Artigo**

AROUCA, Antônio Sergio. Quanto vale a saúde dos trabalhadores. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 243-265, dez. 1995-mar. 1996. SPINK, Mary J. P. et al. A

- construção da Aids-notícia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-862, 2001.
- **Livro e Tese**
GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. *Medicina e história: raízes sociais do trabalho do médico*. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP, 1979.
 - **Capítulo de livro**
BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
 - **Resumo de congressos**
LAURELL, Asa Cristina. O Estado e a garantia do direito à saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 8., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Abrasco, 2006. 1 CD-ROM.
 - **Dados fornecidos por agências governamentais (secretarias, ministérios, IBGE, etc.)**
RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ). *Dados sobre acidentes ocupacionais com material biológico*. Rio de Janeiro: SMS-RJ, 2000.
 - **Leis, decretos, portarias etc.**
BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27.839.
 - **Relatórios técnicos**
BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 64 p. (Série A. Normas e manuais técnicos)
 - **Relatório final ou de atividades**
BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório final das atividades*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
 - **Jornal**
 - a. *Sem indicação de autoria*: O GLOBO. Fórum de debates discute o projeto Educando o Cidadão do Futuro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2001. Caderno 1, p. 18.
 - b. *Com autoria*: TOURAINE, Alain. Uma resistência possível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 2001. Mais, Caderno 7, p. 18-20.
 - **Internet**
 - a. *Texto em periódico eletrônico*: AZZARÀ, Stefano G. Crítica ao liberalismo, reconstrução do materialismo. Entrevista com Domenico Losurdo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 35, p. 157-169, 2012. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista19Entrevista.pdf. Acesso em 7 out. 2013.
 - b. *Texto em jornal eletrônico*: NUBLAT, Johanna. 38,7% dos usuários de crack das capitais do país estão no Nordeste. *Folha de S. Paulo*, Seção Cotidiano, São Paulo, 19 set. 2013. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1344256-40-dos-usuarios-de-crack-das-capitais-do-pais-estao-no-nordeste.shtml. Acesso em: 27 set. 2013. c. *Texto disponível (fora de revista ou jornal)*: BRASIL. Ministério da Educação. Portal Educação. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico - área Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 3 out. 2013.
 - c. *Texto disponível (fora de revista ou jornal)*: BRASIL. Ministério da Educação. Portal Educação. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico - área Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 3 out. 2013.

Revisão

A revista se reserva o direito de sugerir alterações em usos informais da língua e de corrigir variantes não padrão do português.

Avaliação

As contribuições encaminhadas à revista são, primeiramente, avaliadas pelos editores, que julgam a adequação temática do texto à linha editorial da publicação e, posteriormente, por no mínimo dois pareceristas ad hoc (peer review). No caso de divergência entre os pareceres, é solicitado um terceiro parecer para a decisão da Editoria. Os autores acompanham o processo de avaliação do manuscrito pelo sistema de avaliação online. Nomes dos autores e avaliadores de cada original são de conhecimento exclusivo dos

editores (duplo-cego).

Os originais apresentados à Trabalho, Educação e Saúde não devem ter sido publicados e não devem ser submetidos simultaneamente a outra revista. Originais submetidos à revista não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Direitos autorais

Exceto nos casos em que estiver indicado o contrário, em consonância com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fundação Oswaldo Cruz, ficam cedidos e transferidos, total e gratuitamente, à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e à Fundação Oswaldo Cruz, em caráter permanente, irrevogável e não exclusivo, todos os direitos autorais patrimoniais não comerciais referentes aos artigos científicos publicados na revista Trabalho, Educação e Saúde, inclusive os direitos de voz e imagens vinculados à obra. A cessão abrange reedições e traduções. Os textos assinados são de responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores e dos membros do Conselho Editorial da revista.

Benefício dos autores

Após a publicação, os autores recebem um exemplar do número da revista no qual o texto foi publicado.

Submissão de manuscritos

Os manuscritos devem ser submetidos pelo sistema de avaliação de manuscritos da Revista, disponível na página:

<<http://www.sistemas.epsiv.fiocruz.br/revtes/>>. Primeiramente, o autor principal deve cadastrar-se no sistema e depois cadastrar o manuscrito. Solicitamos aos autores que observem e sigam as instruções para apresentação do manuscrito.

Para informações adicionais, consultar os editores:

<revtes@fiocruz.br>

Aceita-se permuta.

[[Home](#)] [[Sobre a revista](#)] [[Corpo editorial](#)] [[Assinaturas](#)]



Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](#)

**Avenida Brasil, 4.365,
21040-360 Rio de Janeiro, Brasil
Tel.: (55 21) 3865-9850/9853
Fax.: (55 21) 2560-8279**



revtes@fiocruz.br

04/08/2017

Gmail - Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde



Jean Ezequiel Limongi <jeanlimongi@gmail.com>

Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde

1 mensagem

Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde <webepsjv@fiocruz.br>

4 de agosto de 2017 20:37

Responder a: no_reply@fiocruz.br

Para: JEAN EZEQUIEL LIMONGI <jeanlimongi@gmail.com>

Prezado(a) Prof(a) Dr(a) JEAN EZEQUIEL LIMONGI

Informamos que o original intitulado: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A SAÚDE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA foi recebido pela Coordenação Editorial da revista Trabalho, Educação e Saúde.

Conforme exposto nas normas editoriais, os originais são primeiramente avaliados pelos editores, que julgam a adequação temática do texto à revista. Uma vez pertinente ao escopo da revista, o manuscrito será avaliado por até três pareceristas ad-hoc.

Agradecemos o seu interesse em publicar em nossa revista.

Atenciosamente,

Coordenação Editorial
Revista Trabalho, Educação e Saúde

Esta é uma mensagem automática do Sistema REVTES. Não é necessário resposta.

17/08/2017

Gmail - Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde



Jean Ezequiel Limongi <jeanlimongi@gmail.com>

Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde

1 mensagem

Comunicação do periódico Trabalho, Educação e Saúde <webepsjv@fiocruz.br>

17 de agosto de 2017 09:19

Responder a: no_reply@fiocruz.br

Para: JEAN EZEQUIEL LIMONGI <jeanlimongi@gmail.com>

Prezado(a) Prof(a) Dr(a) JEAN EZEQUIEL LIMONGI

Informamos que o original intitulado: Prevalência e fatores relacionados à transtornos mentais comuns entre professores universitários de uma universidade federal brasileira, 2016. foi recebido pela Coordenação Editorial da revista Trabalho, Educação e Saúde.

Conforme exposto nas normas editoriais, os originais são primeiramente avaliados pelos editores, que julgam a adequação temática do texto à revista. Uma vez pertinente ao escopo da revista, o manuscrito será avaliado por até três pareceristas ad-hoc.

Agradecemos o seu interesse em publicar em nossa revista.

Atenciosamente,

Coordenação Editorial
Revista Trabalho, Educação e Saúde

Esta é uma mensagem automática do Sistema REVTES. Não é necessário resposta.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “*Estudo epidemiológico dos agravos a saúde prevalentes em docentes da Universidade Federal de Uberlândia*”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Glaucia Guimarães de Souza Neme e Jean Ezequiel Limongi**. Nesta pesquisa nós estamos buscando conhecer os agravos mais prevalentes entre os docentes da Universidade Federal de Uberlândia e associar estes agravos com características sociodemográficas e ocupacionais.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Glaucia Guimarães de Souza Neme no momento da sua entrevista no seu local de trabalho.

Na sua participação você responderá a um questionário sobre suas condições de trabalho e aspectos sobre sua saúde. Estes dados serão tabulados e analisados, para posterior publicação e divulgação na Divisão de Saúde Ocupacional.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em identificação do indivíduo, porém estes serão minimizados por meio da identificação numérica.

Os benefícios serão a possibilidade de prevenção das doenças mais frequentemente encontradas, assim como melhorar as condições para o desenvolvimento de estratégias para o tratamento das patologias já instaladas e propostas para intervenções no ambiente de trabalho que apresente deficiências, predispondo ao desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Glaucia Guimarães de Souza Neme (Telefone: 3239-4168) e Jean Ezequiel Limongi (Telefone: 3291-5989). Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131.

Uberlândia, _____ de _____ de 201__.

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

_____ RG _____

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e do Trabalhador
 Estudo epidemiológico dos agravos à saúde prevalentes em docentes do ensino superior no Brasil



Questionário

Código de Identificação: _____

Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____ Peso: _____ Altura: _____

Tempo de serviço na UFU : _____ Tempo de serviço em docência universitária: _____

Tempo de serviço em docência: _____

Exerce algum tipo de coordenação? Sim () Não () Qual? _____

Possui bolsa de produtividade de alguma agência de fomento? Sim () Não ()

Quais as principais funções na universidade atualmente: Pesquisa () Ensino () Extensão () Gestão ()

Carga Horária 20 horas () 40 Horas () 40 Horas DE ()

Antecedentes Patológicos

Você tem ou teve alguma das patologias abaixo?

Hipertensão arterial	Sim ()	Não ()	Não sei informar ()
Diabetes mellitus	Sim ()	Não ()	Não sei informar ()
Doença da tireóide	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Dislipidemia (colesterol e/ou triglicérides alto)	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Doença cardíaca	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Doença pulmonar	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Câncer	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Doença osteomuscular	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Você toma medicação regularmente?	Sim ()	Não ()	Quais? _____
Outras patologias	_____		

Antecedentes Familiares

Alguém da sua família (pais, irmãos e/ou avós), tem ou tiveram alguma(s) da(s) patologias(s) abaixo?

Hipertensão arterial	Sim ()	Não ()	Não sei informar ()
Diabetes mellitus	Sim ()	Não ()	Não sei informar ()
Dislipidemia (colesterol e/ou triglicérides alto)	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Doenças cardíacas	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Câncer	Sim () Qual? _____	Não ()	Não sei informar ()
Outras patologias	_____		

Hábitos Pessoais

Você tem por hábito:

Realizar exercícios físicos?	Não (...)	Sim (...)	Até 2 vezes/semana (...) 3 vezes/semana () Mais 3 vezes/semana ()
Usar regularmente o computador em casa?	Não (...)	Sim (...)	Até 3 horas/dia () Acima de 3 horas/dia ()
Você é tabagista?	Não (...)	Sim (...)	Ex-tabagista ()
Ingere bebidas alcoólicas?	Não (...)	Sim (...)	Qual frequência? _____

Condições de Trabalho

Você considera que no seu ambiente de trabalho existe alguma das situações citadas abaixo?

Ruído elevado	Não (...)	Sim (...)
Iluminação inadequada	Não (...)	Sim (...)
Calor	Não (...)	Sim (...)
Mobiliário inadequado	Não (...)	Sim (...)
Ritmo acelerado de trabalho	Não (...)	Sim (...)
Radiações ionizantes	Não (...)	Sim (...)
Exposição a produtos químicos	Não (...)	Sim (...)
Exposição a agentes biológicos	Não (...)	Sim (...)
Relacionamento ruim com colegas	Não (...)	Sim (...)
Relacionamento ruim com a gerência	Não (...)	Sim (...)

Satisfação

Você gosta do que faz?	Não (...)	Sim (...)
------------------------	-----------	-----------

Instituto: _____ Data: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e do Trabalhador
 Estudo epidemiológico dos agravos a saúde prevalentes em docentes do ensino superior no Brasil



1. Tem-se sentido perfeitamente bem de saúde?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

2. Tem sentido necessidade de um tônico?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

3. Tem-se sentido para baixo e maldisposto?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

4. Tem-se sentido doente?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

5. Tem tido dores de cabeça?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

6. Tem tido uma sensação de aperto na cabeça ou pressão na cabeça?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

7. Tem tido ataques de frio ou calor?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

8. Tem perdido o sono devido a preocupações?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

9. Depois de adormecer acorda várias vezes?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

10. Tem-se sentido constantemente sob tensão?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

11. Tem-se sentido irritável e de mau humor?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

12. Tem-se sentido assustado ou tem entrado em pânico sem razão?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

13. Tem tido a sensação de que está tudo a cair em cima de você?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

14. Tem-se sentido permanentemente nervoso e tenso?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

15. Tem conseguido manter-se ativo e ocupado?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

16. Tem levado mais tempo para fazer as tarefas normais?

___ Menos tempo ___ O mesmo de sempre ___ Mais tempo que o de costume ___ Muito mais tempo que de costume

17. Acha que, de um modo geral, tem trabalhado bem?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

18. Sente-se satisfeito com a maneira como tem cumprido as suas tarefas?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

19. Tem-se sentido útil no que faz?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

20. Tem-se sentido capaz de tomar decisões?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

21. Tem tido prazer nas suas atividades normais do dia-a-dia?

___ Melhor do que de costume ___ O mesmo de sempre ___ Menos que de costume ___ Muito menos que de costume

22. Tem-se considerado uma pessoa sem valor nenhum?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

23. Tem sentido que já não há nada a esperar da vida?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

24. Tem sentido que a vida já não vale a pena?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

25. Já pensou na hipótese de um dia vir a acabar consigo?

___ Nunca ___ Acho que não ___ Já me passou pela cabeça ___ Sim, sem dúvida

26. Acha que às vezes não consegue fazer nada por estar nervoso?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

27. Tem pensado em estar morto e longe de tudo?

___ De jeito nenhum ___ Não mais do que de costume ___ Um pouco mais que de costume ___ Muito mais do que de costume

28. Acha que a ideia de acabar com a sua vida está sempre na sua cabeça?

___ Nunca ___ Acho que não ___ Já passou pela cabeça ___ Sim, sem dúvida